



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA**

**MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau
canónico)**

SESSECA LIACUNDJA TYINDUMBO

**RECONCILIAÇÃO
REALIDADE TEOLÓGICA E HUMANA**

**Dissertação final
Sob a orientação de:
Professor Doutor Jerónimo dos Santos
Trigo**

Lisboa, 2019

Agradecimentos

A Deus meu Criador, que conhece os contornos da minha vida. Aquele que me faz viver, mover e existir.

Ao meu orientador Professor Doutor Jerónimo dos Santos Trigo, Pela constância e pelos sábios conselhos que me deu durante feitura de Trabalho, à Doutora Rosário, que, com muita paciência me acompanhou apesar das suas preocupações, procurou sempre encontrar espaço para me atender.

À Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, na pessoa do Prior Cónego Luís Alberto de Carvalho e outros sacerdotes, cujo acolhimento e ternura proporcionaram sobremaneira o meu desempenho. Aos meus Pais Tyindumbo e Kumena que não me transmitiram apenas a vida como também me abriram ao mistério de Deus, revelado por Cristo; aos familiares e amigos pelo apoio que sempre me deram e continuam a dar.

A todos os homens e mulheres de boa vontade que lutam pela reconciliação, paz, diálogo e perdão, pelo progresso, pela justiça social e solidariedade no mundo.

A minha eterna gratidão.

- SÍGLAS.

- Act. – Atos dos Apóstolos.
- Ap. – Apocalipse.
- Col. – Epístola aos colossenses.
- 1 Cor. – Primeira Epístola aos Coríntios.
- 2 Cor. – Segunda Epístola aos Coríntios.
- Crón. – Livro de Crónicas.
- Dt. – Livro de Deuterónimo.
- Ef. – Epístola aos Efésios.
- Êx. – Livro do Êxodo.
- Ez. – Profecia de Ezequiel.
- Fili. – Epístola aos Filipenses.
- Gál. – Epístola aos Gálatas.
- Gn. – Livro do Génesis.
- Hb. – Epístola aos Hebreus.
- Is. – Profecia de Isaías.
- Jo. – Evangelho Segundo São João.
- 1 Jo. – Primeira Carta de São João.
- 2 Jo. – Segunda carta de São João.
- Jr. – Profecia de Jeremias.
- Lc. – Evangelho Segundo São Lucas.

- Lev. – Livro de Levítico.
- Mc. – Evangelho Segundo São Marcos.
- Mt. – Evangelho Segundo São Mateus.
- Prov. – Livro dos Provérbios.
- Rm. – Epístola aos Romanos.
- 1 Tess. – Primeira Epístola aos Tessalonicenses.
- 2 Tess. – Segunda Epístola aos Tessalonicenses.
- Tg. – Carta de São Tiago.
- 1 Tim. – Primeira Epístola a Timóteo.
- 2 Tim. – Segunda Epístola a Timóteo

CEAST – Conferência Episcopal de Angola e São Tomé.

- COSMAM – Confederação das Conferências dos Superiores Maiores de África e do Madagáscar.
- IMBISA – Conferência Inter-Regional dos Bispos da África Austral.
- MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola.
- UNITA – União Nacional para Independência Total de Angola
- SCEAM/SECAM – Simpósio das Conferências Episcopais de África e Madagáscar.

RESUMO.

Em poucas palavras importa neste trabalho compreender que, no processo da reconciliação sobressai primeiramente a vontade divina de reconciliar-se com a humanidade por meio de Jesus Cristo.

Na relação do homem com o seu Criador, Cristo, surge como uma graça que dá lugar à comunhão e abre novas perspectivas de vida. Deus é o principal ator da reconciliação apesar de não ter sido Ele o autor do pecado, mas tudo fez para que a humanidade fosse livre do pecado e que a comunhão, a conversão e o perdão estivessem acima de qualquer ação humana (Cf: Is 1,16-18). Assiste-se em toda a parte uma tensão permanente de confronto entre o bem e o mal motivado pela desigualdade social, injustiça, falta de liberdade e oportunidade para todos.

No entanto a reconciliação é urgente e necessária, pois ela é um meio pelo qual os homens aproximam-se a Deus através do processo de conversão e perdão. Reconciliar-se é reatar as relações e pôr fim a má convivência, restabelecer um novo ambiente de vida e de amor.

O objectivo deste trabalho é propor aos homens do nosso tempo, a buscarem a unidade, o amor, a paz e perdão através do processo de reconciliação; por esta razão procurei tratar do tema intitulado: *“A Reconciliação Realidade Teológica e Humana”*. Mas sem prescindir do protagonismo cristológico na obra da reconciliação, sendo Ele o único e verdadeiro modelo da reconciliação e da paz. A paz terrena é imagem e fruto da paz de Cristo, o “Conselheiro-Admirável, Deus herói, Pai-Eterno, Príncipe da Paz” (Is 9,5). Títulos aplicados ao menino real e que a Igreja na sua liturgia caracteriza Jesus como o verdadeiro Emanuel. Pelo sangue da sua cruz, Ele, “aniquilou toda a inimizade” (Ef 2,16), “reconciliou com Deus os homens e fez da sua Igreja sacramento de unidade do género humano e da sua união com Deus”¹.

A Igreja assume a reconciliação como sacramento que purifica o homem do pecado e o reconduz a Deus. A reconciliação é um sacramento que renova a comunhão com Deus e com a Igreja; ela confere ao homem a dignidade e o amor, marca o fim de conflitos com o pecado e reata um novo ambiente de paz e de justiça. A reconciliação é

¹ *Catecismo da Igreja Católica*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, nº 2305.

um caminho autêntico para o perdão, ela exige misericórdia, arrependimento e conversão, como momentos de reconhecimento da presença da graça divina.

Em África como noutras partes do mundo, a reconciliação é um processo contínuo na construção de paz e meio pelo qual se transforma as forças negativas em positivas, que favorecem uma convivência baseada nos princípios de liberdade, justiça, respeitando todos os direitos fundamentais do homem.

A reconciliação é um ato de reconstrução pós-conflito, uma reconstrução das estruturas morais e físicas, isto é, reconstrução do homem na sua integridade total. O Diálogo é um elemento importante na aproximação das famílias, dos povos de diferentes culturas e regiões do mundo. Um diálogo tomado por meio de mediação e correção fraterna, sem tirar partido algum, mas que conduz para uma comunhão de fraterna caridade.

Palavras chave: *Reconciliação, Diálogo, Conversão, Misericórdia e Perdão.*

ABSTRAT.

In short, it is important in this work to understand that in the process of reconciliation, the Divine will to reconcile with humanity through Jesus Christ stands out.

Man's quarrelsome relationship with his Christ creator emerges as a grace that gives way to communion and opens new perspectives to life. God is the principal author of the reconciliation, although he was not the author of sin, but he did everything to ensure that humanity was free from sin and that communion, conversion and forgiveness were above all human action (Cf: Is 1, 16-18). Everywhere there is a constant tension of confrontation between God and evil caused by inequality .injustice, lack of freedom and opportunity for all people.

However reconciliation is urgent and necessary because it is the means by which men get near God through the process of conversion and forgiveness. To reconcile is to renew relations and to end bad coexistence and to restore a new environment of life and love.

The objective of this work it is to propose to the men of our time to seek unity, love peace and forgiveness through the process of reconciliation; for this reason I sought to address the theme entitled "*Reconciliation as human and theological reality*", but without giving up Christological role in the work of reconciliation, he is the only true model of reconciliation and peace.. Earthly peace is the image and fruit of Christ's peace "The messianic Prince of Peace" (Is 9, 5). By the blood of his cross, he "carrying death to enmity in himself" (Ef 2, 16); "reconciled men to God and made His Church sacrament of the unity of mankind and of their union with God" (CIC-2305).

The Church assumes reconciliation as a sacrament that purifies man from sin and brings him to God. Reconciliation is a sacrament that renews communion with God and Church; it confers on man dignity and love, marks the end of conflicts with sin and creates a new environment of peace and justice .Reconciliation is an authentic path to forgiveness, it requires mercy, repentance and conversion as moments of acknowledgment of the presence of the divine grace.

In Africa as in other parts of the world , reconciliation is an ongoing process of peace building and a means by which negative forces become positive that help coexistence based on the principles of liberty , while respecting all fundamental rights of the man.

Reconciliation is an act of post-conflicting reconstruction of moral and physical structures, this means, reconstruction of man in his total integrity. Dialogue is an important element on bringing families, peoples of different cultures and regions of the world together. A dialogue taken through fraternal mediation and correction without taking advantage of it, but leading to a fraternal communion of charity.

Key words: Reconciliation, Dialogue, Coexistence, Pity and Forgiveness.

INTRODUÇÃO.

O homem é por natureza sedento de paz consigo mesmo, com o seu próximo e com o próprio Criador. Este ardente desejo leva-o a pugnar pelo caminho da justiça, do amor e da reconciliação. Mas antes de tudo, precisamos compreender que o processo de reconciliação é obra prima da vontade do próprio Criador; “Por Ele e para Ele, reconciliar todas as coisas, pacificando pelo sangue da sua cruz, tanto as que estão na terra como as que estão no Céu” (Col 1,20). Na reconciliação sobressai primeiramente a vontade de Deus de reconciliar tudo em Cristo. No restabelecimento da relação rompida entre Deus e o homem, Cristo surge como uma graça que dá lugar à comunhão, eliminando toda a inimizade e abrindo um novo horizonte de vida.

Deus é o principal agente da reconciliação através da obra de Cristo; todavia, apesar de ter sido Deus a tomar iniciativa na reconciliação, não é Ele que precisa de reconciliação, mas o homem pecador. “Manifestei-vos estas coisas para que esteja em vós a minha alegria, e a vossa alegria seja completa” (Jo 15,11), suplicou: “não te peço que os retires do mundo, mas que os guarde do Malígnio”(Jo 17,15); “para que todos sejam um só, como tu Pai, estás em mim e Eu em ti; para que assim eles estejam em Nós e o mundo creia que Tu me enviaste” (Jo 17,21). Estas passagens de Jesus introduzem-nos na síntese mais completa da elevada cristologia joanina, da oração sacerdotal, em que Cristo faz o oferecimento supremo da sua vida em sacrifício, manifestando o sentimento mais profundo do seu coração.

A sociedade continua a viver o drama de luta entre o bem e o mal, em que os níveis de violência tendem cada vez mais a aumentar, o que faz compreender que as diversidades, em todos os âmbitos da vida, são mais factores de conflitos do que de união e riqueza. O homem precisa redescobrir a riqueza e os valores escondidos nas diversidades de línguas, povos e culturas e raças. Para tal, urge a necessidade de um trabalho conjunto de todos os actores sociais na luta pela reconciliação. O amor entre os

homens deve ser considerado como um elemento fundamental que garante a esperança de que nenhuma briga é permanente, pois ela há sempre lugar para a reconciliação.

A reconciliação tem a missão de fazer compreender ao homem a verdadeira tarefa para a qual foi criado. Fomos criados para vivermos em paz e felizes na presença de Deus; a reconciliação é uma atitude necessária na vida pessoal e comunitária. Toda ação humana é completa quando na verdade é orientada para a reconciliação. Jesus Cristo, por amor chama-nos à reconciliação, assumindo deste modo os pecados de toda a humanidade: “Em nome de Cristo suplicamo-vos: reconciliai-vos com Deus”(2cor 5, 20b). Uma reconciliação espiritual do homem com Deus e a social dos homens entre si, “com o teu adversário mostra-te conciliador, enquanto caminhardes juntos, para não acontecer que ele te entregue ao juiz e este à guarda e te mande para a prisão”(Mt 5,25). A reconciliação social é uma forma de restabelecer as relações, de construir comunidades, de recuperar a amizade, unir os laços interpessoais; Este processo visa também congregar indivíduos com perspectivas ideológicas diferentes.

Depois de um conflito, seja de que natureza for, a reconciliação surge como reconstrução, uma vez que está ligada não só ao aspecto físico mais também estrutural, social, moral e cultural, que conduz a uma vivência saudável e pacífica. Todo homem é chamado a mover-se pela vontade de servir o bem comum, criar um ambiente capaz de superar todas as diferenças, mobilizando tudo para a construção de um mundo cada vez mais justo, como diz o Papa Francisco: “a Igreja não pode nem deve ficar à margem na luta pela justiça. Todo o cristão incluindo os pastores, são chamados a preocupar-se com a construção dum mundo melhor”². O Papa convida as demais confissões religiosas cristãs a unirem-se e a darem passos positivos rumo a harmonia social, pregando o Evangelho da reconciliação com toda honestidade e justiça.

O objectivo deste trabalho é fazer um estudo sobre a reconciliação, sem nunca perder de vista que ela é uma obra de Deus e não do homem; “tudo isto vem de Deus, que nos reconciliou consigo por meio de Cristo e nos confiou o ministério da reconciliação” (2cor 5,18).

²FRANCISCO, *Exortação Apostólica “Evangelii Gaudium”*, Paulus, Lisboa, 2015, nº 183.

A par de toda essa necessidade de reconciliação a nível interpessoal, político e institucional, procurei tratar do tema a *“Reconciliação Realidade Teológica e Humana*. Fazer um estudo sobre a reconciliação marcada por Cristo, o único e verdadeiro modelo da reconciliação, para com Ele e com o seu exemplo de vida, encontrar métodos capazes de fazer um estudo sobre o problema que está na base das divisões entre os homens e mostrar-lhes que Cristo é o único modelo de unidade. N’Ele, pelo baptismo, todos somos um só, membros da mesma Igreja, que é Sacramento de unidade e reconciliação e sinal que aponta o caminho do Reino de Deus, enquanto perspectiva da realização plena do homem.

O tema está desenvolvido em três capítulos: o primeiro aborda de maneira geral a questão do *“Conflito como Realidade Humana”*, presente nos âmbitos da vida humana: pessoal, interpessoal, institucional e político. O conflito visto não apenas como uma realidade negativa, mas como uma luta com fins pacíficos e de desenvolvimento social. O conflito surge quando há incompatibilidade de escolha em determinadas situações, quando os interesses entre vários grupos coincidem, quando há falta de reconhecimento do direito do outro, do diálogo entre pessoas, grupos ou comunidades, falta de justiça social e outros factores que apontam para o desequilíbrio social.

O segundo capítulo pretende tratar dos *“Sínodos e Temáticas da Reconciliação e Penitência”*. Trata-se de assembleias sinodais, como eventos fundamentais da Igreja, com a finalidade de resolver determinados problemas particulares e gerais, de maneira que as Igrejas particulares em união com a Igreja universal, saibam caminhar juntos na mesma fé, doutrina, disciplina eclesiástica, e, sobretudo, reforçar a unidade entre os Bispos e o Romano Pontífice.

Os Bispos sinodais insistem em dizer que o Sacramento da Reconciliação é um dom de Deus que renova o homem pecador e o retorna na comunhão com Deus e com a Igreja; no âmbito social a reconciliação contribui para a paz e para o restabelecimento da união entre os corações desavindos. A reconciliação ajuda a ultrapassar as crises, restabelece a dignidade pessoal e abre novas perspectivas. Para a Igreja em África, os bispos sinodais recomendam a necessidade de levar a cabo um estudo sério e aprofundado sobre as cerimónias tradicionais africanas da reconciliação, criando uma

equipa de arbitragem de conflitos, que poderá reunir-se periodicamente para garantir um ambiente espiritualmente favorável à unidade, à felicidade e à paz entre os povos.

A Igreja acredita que a reconciliação confere ao pecador uma nova maneira de ser e de viver; ela liberta e cultiva nos corações a verdade, a justiça e a paz. O Papa Francisco diz : “Ao anunciar o Jesus Cristo que é a paz em pessoa, a nova evangelização incentiva todo o batizado a ser instrumento da pacificação e testemunho credível duma vida reconciliada”³

O terceiro capítulo aponta para “*o diálogo como pedagogia da reconciliação*”, o diálogo favorece a unidade entre pessoas, grupos, religiões e povos. O diálogo fomenta a unidade e a caridade entre os homens, como exorta o Papa Francisco: “É hora de saber como projetar, numa cultura que privilegie o diálogo como forma de encontro, a busca de consenso e de acordos, mas sem a separar da preocupação por uma sociedade justa, capaz de memória e sem exclusões”⁴. O Papa Francisco diz isto numa perspectiva de buscar com certeza, não só o diálogo entre grupos, mas a unidade do mundo. Se o mundo for um e tocado por uma mensagem de qualquer uma das religiões do mundo, mais fácil será a unidade entre os povos de toda a terra.

O Papa Francisco mostra-se visivelmente como um instrumento movido pela vontade de Deus, levando ao mundo com palavras e gestos, a necessária graça que transforma as mentes e os corações dos homens. Um diálogo franco e fraterno, que dá sentido ao coração e à consciência, que sinaliza o caminho que conduz à verdade libertadora entre os homens. Um diálogo que suscita sentimentos de perdão, harmonia social e convivência pacífica entre os homens.

³ *Ibidem*, n° 239.

⁴ *Ibidem*.

CAPÍTULO I. O CONFLITO COMO REALIDADE HUMANA.

A sociedade humana desde sempre foi marcada pelo conflito, que dificultou manter a unidade e a convivência pacífica entre os homens; facto que revela a incapacidade de coexistir na diferença, pois que cada grupo ou comunidade tem suas características intrínsecas de autopreservação, como método natural de manter a sua identidade. “Deste modo para se tornar possível desenvolver uma comunhão nas diferenças, que pode ser facilitada só por pessoas magnânimas que têm a coragem de ultrapassar a superfície conflitual e consideram os outros na sua dignidade mais profunda”⁵.

A unidade na diversidade constitui força e riqueza comunitária. “A diversidade é bela quando aceita entrar constantemente no processo de reconciliação até selar uma espécie de pacto cultural que faça surgir uma diversidade reconsiliada”⁶.

Neste capítulo procurarei fazer um estudo sobre o conflito, suas causas e como enfrenta-lo nos diferentes âmbitos de vida social. “As situações conflituvas aparecem como uma ameaça a justiça, a liberdade, a paz, a unidade e o amor”⁷. Tudo o que põe em causa os valores de unidade social cria conflito; uma vez que, “a unidade é superior ao conflito”⁸. O certo é que na sociedade humana o conflito e a harmonia, apesar de serem opostos que ora juntos e ora separados, partilham o mesmo espaço social e convivem como se fossem irmãos.

⁵ *Ibidem*, nº 228.

⁶ *Ibidem*, nº 230.

⁷ SANCHEZ, Urbano, *Moral conflitiva entre la creatividad, el riesgo y la comunión*, Sigüeme, Salamanca, 1991, p 23.

⁸ FRANCISCO, *Exortação Apostólica “Evangelii Gaudium”*, nº 228.

1– Conflito o que é?

O termo “conflito” define o conjunto de duas ou mais hipotéticas situações que são antagónicas, isto é, que não podem ter lugar em simultâneo. “Diz respeito a dificuldade de harmonizar direitos, opiniões ou verdades. Pode também ser entendido como choque de interesses, desejos, valores que em si não podem conciliar-se”⁹. O desejo de realizar simultaneamente ações incompatíveis, a falta de compreensão e unidade entre grupos sociais, ideologias, opiniões opostas, a disputa pelos interesses ou privatização do bem comum, foram sempre fontes de conflitos entre os homens.

Existem teorias otimistas que acreditam que: “a natureza humana tem sido ao longo dos tempos, uma das grandes candidatas ao título de conflitos, por causa da sua extraordinária complexidade”¹⁰. Essa teoria faz compreender que a diversidade de personalidade, opiniões e ideias, levou sempre o homem a conflitos; acredita-se que o cultivo das boas relações humanas, pode ser uma das grandes bases para desencorajar as pessoas de se atacarem umas às outras.

“Os Convecionistas, que são também otimistas, acreditam que a natureza humana tem defeitos que a levam à violência, mas que podem ser convertidos a um estado em que as pessoas se tornam naturalmente não violentas”¹¹. Neste âmbito, o conflito é visto a partir de uma perspectiva moral ou mesmo como consequência de falta de relações humanas sadias. O conflito é uma realidade humana que consiste na diversidade de ideias ou em posições contrárias.

⁹ SANCHEZ Urbano, *Moral conflictiva entre la creatividad, el riesgo y la comunión*, 21.

¹⁰ ANDERSON, Peter, *Política global do poder, justiça e morte, uma introdução as relações internacionais*, Instituto Piaget, Lisboa, 1996, 267.

¹¹ *Ibidem*, 268.

“O conflito constitui um elemento essencial para a formação de grupos e sua persistência; serve para estabelecer e manter a identidade entre as sociedades ou grupos”¹². Compreende-se, a princípio, que o conflito tem muito a ver com as diferenças que existem entre grupos e sociedades na luta pela afirmação e ocupação de lugares de destaque ou de sobrevivência. Com a evolução das sociedades, os conflitos começaram a ser vistos não como simples incapacidades de convivência, mas como marcos de fronteiras entre povos, culturas, raças ou grupos diferentes.

Da mesma maneira se pode dizer que “o conflito aparece em todas as sociedades humanas como resultado das incompreensões entre grupos sociais, pessoas, famílias, comunidades, associações políticas com ideologias diferentes, tribos, povos e nações”¹³. Os conflitos surgem para revelar determinadas necessidades sociais que clamam por uma solução para que haja integração, consenso entre as partes.

Hoje, em diversas partes do mundo, o conflito é analisado de modos diversos. Um deles é o choque de civilizações, que explica os grandes movimentos políticos e culturais da história, através das influências recíprocas que as várias civilizações exercem entre si. Neste contexto, uma civilização é uma cultura fechada com uma tradição hermética e impermeável, que entra em conflito na hora de se relacionar com as outras civilizações diferentes.

Para Lewis Coser, “o conflito é um facto social universal e necessário, que se resolve com a mudança social. Karl Marx, pela parte que lhe toca, era da opinião que o conflito tinha a sua origem na dialética do materialismo e na luta de classes; para ele, o conflito não é analisado como algo inerente aos indivíduos, mas sim como um mecanismo de transformação social. O sociólogo Max Weber considera o conflito como um dos fenómenos sociais fundamentais que não pode ser excluído da vida social; a paz vem de conflitos de grupos antagónicos em suas posições e objetivos”¹⁴.

¹² HERMET, Guy - BIRNBAUM, Perre - BRAUD, Philippe; *Dicionário de ciência política e das instituições políticas*; Escolar, 7ª ed, Lisboa, 2014, 62

¹³ NADER, Laura, *Enciclopédia internacional de las ciencias sociales*, 3º vol, Aguilar, Madrid, 1974, 20-21.

¹⁴ COSER, Lewis A; *Enciclopédia internacional de las ciencias sociales*, 3º vol, Aguilar, Madrid, 1974, 17-20

O conflito humano, quando atinge o seu estado mais avançado, é tido como violência, como constrangimento físico ou moral, uso de força, coação. “A violência gera violência; a violência, por si mesma, nunca sai do círculo infernal da injustiça”¹⁵. Em todo caso, o conflito social pode envolver violência física, causando bloqueios ou mau funcionamento da vida em grupo e em sociedade. A violência não pode ter como resposta a violência, visto que isto desencadeia uma espiral de morte infundável. “Quando se opta por um conflito de violência, adotam-se dois rumos legítimos: a não violência e a luta pela justiça”¹⁶. Buscar solução de desavenças pela via da razão ou das negociações, baseando-se no direito e na justiça, é o caminho certo para combater a violência em todas as suas dimensões.

Existem outras vias que ainda persistem em considerar o conflito de forma mais moderna, como é o caso de sentimentos de frustrações e de vingança, alimentados por grupos temíveis de pessoas que matam um número elevado de gente inocente. “A complexidade da situação atual e o labirinto das relações internacionais, permitem prolongar as guerras disfarçadas com novos métodos insidiosos. Em certos casos, admite-se como novo sistema de fazer guerra, o terrorismo”¹⁷.

Cada homem tem uma história marcada por um conjunto de bons e maus sentimentos. Para compreender essa afirmação, é necessário entender que a agressividade é um impulso que se pode voltar para fora do corpo (hétero-agressão) ou para dentro (autoagressão), sendo o homem um componente de uma vida psíquica, enquanto binómio amor/ódio e vida/morte.

“Embora toda a violência brote no interior do homem e tenha por objeto o homem, as suas manifestações mais importantes, ocorrem, contudo, no âmbito social humano”¹⁸. A não violência, a justiça, o diálogo e o perdão, são oportunos na superação de diversos conflitos que marcam a sociedade moderna. Na Bíblia, a violência está expressa no mito de Caim e Abel; “Entretanto, Caim disse a Abel, seu irmão: vamos ao campo. Porém, logo que chegaram ao campo, Caim lançou-se sobre o irmão e matou-o”

¹⁵ VIDAL, Marciano, *Para conhecer a ética cristã*, Perpétuo Socorro, Porto, 1997, 308.

¹⁶ *Ibidem*, 308

¹⁷ *Ibidem*, 313.

¹⁸ *Ibidem*, 305.

(Gn 4,8). O pecado surge como uma rebelião, recusa do amor divino, não aceitar esta vocação à santidade, à perfeição divina para a qual a graça leva o homem.

2- Causas do conflito.

Não há nenhum fenómeno que aconteça, seja natural ou social, que não tenha a sua origem. O mesmo acontece com os conflitos; têm origem no mau relacionamento entre pessoas, povos, etnias com diferentes modos de vida, culturas, posições geográficas, ideias e opiniões, criando um ambiente desconfortável.

Em várias partes do mundo, e, sobretudo no continente africano, os conflitos surgem pelo facto de “se constituírem fronteiras sem uma avaliação correta da situação antropológica e sociológica, sem olhar pela questão étnica; a disputa do poder, sem observar as regras da democracia, questões políticas e económicas em alguns setores das elites africanas, associadas a organizações não-governamentais europeias e americanas”¹⁹.

A não observância destes elementos, constitui uma das maiores fontes de conflitos em qualquer parte do mundo. Muitas vezes os conflitos começam com questões como, a acumulação de problemas, os interesses pessoais, os papéis mal definidos, a luta pelo poder, a má administração de recursos. Todos estes fatores servem de pretexto para o surgimento de conflitos.

Segundo o sociólogo Simmel, citado por Tony Neves, as causas de conflitos podem ser: “o ódio e a inveja, a miséria e a cobiça por serem elementos de dissociação”²⁰. Esses sentimentos são como o vício da misantropia, que está associado a ingratidão e à alegria pelo mal alheio, a profunda antipatia, o desgosto, a inimizade ou repulsa contra as pessoas. Constituem um sentimento intrínseco ao ser humano carregado de uma paixão que causa desordem a si mesmo, e ânsia em destruir a

¹⁹ AUGUSTO, Mário, *Conflitos em África e a experiência de Angola na sua resolução*, Guerra e Paz, Lisboa, 2018, 37.

²⁰ NEVES, Tony, *Angola justiça e paz nas intervenções da Igreja Católica, 1989-2002*, Grupo Leya, Lisboa 2012, 81.

felicidade alheia. Simmel vai além quando diz: “os sentimentos do invejoso giram sempre à volta do objeto possuído, enquanto que os do ciumento giram a volta daquele que o possui”²¹.

A consciência de olhar para os outros sem inveja nem ciúme, ajuda o homem a aprender a ver o mundo de forma diferente. Muitos não são capazes e por esta razão, o mal está em todo lado. São Paulo indica as virtudes necessárias que libertam o cristão das amarras da lei; “amor, alegria, paz, paciência, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão e autodomínio”(Gl 5,22-23). Estas virtudes espirituais são marcas indispensáveis do cristão. O que está em jogo nessas virtudes, é o bem do outro, e este bem manifesta-se nas relações fraternas calorosas, alimentadas pelo fogo do Espírito Santo que nos une a Cristo.

Tony Neves volta a citar Simmel, dizendo que: “Entre pessoas com muita coisa em comum, as injustiças são muitas vezes mais graves e injustas em relação a estrangeiros”²². O sentimento de injustiça pode chegar a qualquer pessoa por várias razões, como a falta do merecido direito, o tratamento desigual e muitas outras situações que criam no ser humano esse sentimento de ódio.

A Bíblia a partir do salmo “*Miserere*” fundamenta e evidencia a origem da injustiça social, que denomina por “*iniquidade*”, ou seja, o pecado que consiste na desobediência a Deus ou mesmo na falta de amor. “Reconheço as minhas culpas e tenho diante de mim os meus pecados. Contra ti pequei, só contra ti, fiz o mal diante dos teus olhos; por isso é justa a vossa sentença e reto o vosso julgamento. Eis que nasci na culpa e minha mãe concebeu-me em pecado” (Sl 51,5-7). Portanto, a partir deste salmo, compreende-se claramente que o salmista admite que o pecado está enraizado no coração do homem; isto é, o pecado acompanha-o desde o começo da sua vida.

O cristão encontra na esperança bases para a promoção da justiça e da paz. Apesar de tanta iniquidade que se verifica no agir humano, ela dá uma força que renova o compromisso que o homem tem de lutar pela justiça e paz. “A paz é sempre sustentada pela justiça. Só há paz quando os direitos humanos são respeitados”²³.

²¹ *Ibidem*, 83.

²² *Ibidem*, 83.

²³ *Ibidem*, 41.

A melhor maneira de conter os conflitos é a prática da justiça social, que vai sendo de algum modo a base da perseverança da paz entre os homens.

A observância dos direitos humanos passa por uma cultura de paz e de justiça, que envolve todas as pessoas de diferentes raças, cultura, idade e sexo, sem esquecer o respeito pela democracia, a tolerância, a igualdade e a solidariedade. Tudo isso implica descartar totalmente, de maneira individual ou coletiva, os conflitos que têm nos últimos tempos aumentado em qualquer sociedade em diferentes contextos ou lugares.

“A justiça de um modelo de sociedade, depende da distribuição dos direitos e deveres, assim como das oportunidades económicas e condições sociais dos cidadãos”²⁴. A justiça é uma virtude com capacidade de criar harmonia e paz social. A justiça é uma virtude humana que consiste em dar a cada um o que merece; ser justo é praticar essa virtude, não de maneira restrita, mas de uma forma geral. Assegurar um tratamento igual a todos, confere confiança aos indivíduos, cria paz e desenvolvimento social.

O respeito pela dignidade da pessoa humana, é um passo grande no apaziguamento dos ânimos e resolução dos conflitos. O artigo 1º da Declaração dos Direitos do Homem diz o seguinte: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”. O que quer dizer que a dignidade do homem é algo intrínseco, que está dentro ou que vem da natureza própria do homem. Não lhe é concedida e nem lhe pode ser tirada por alguém.

“A defesa e promoção da dignidade humana foram-nos confiadas pelo Criador.”²⁵ Ao homem foi dado o poder e o domínio sobre toda a criação (cf: Gn 1,26); A solenidade com que o ser humano é criado mostra que ele é o vértice e “imagem” de Deus sobre a terra. Ser imagem e semelhança de Deus é a vocação essencial do ser humano, criado para aperfeiçoar o mundo, para fazer dele um paraíso.

Uma das situações que causa hoje conflitos é a má estruturação das sociedades. “A estrutura injusta da sociedade é consequência dos pecados pessoais, e constitui até

²⁴ *Ibidem*, 43.

²⁵ *Catecismo da Igreja Católica*, nº 1929.

atração para outros pecados”²⁶. A má estruturação das sociedades afeta as relações humanas, na medida em que não há abertura para todos. Deus é justo e ama os que andam no caminho reto. “Na verdade, o Senhor é justo e ama a justiça; os homens honestos contemplarão a sua face” (Sl 11,7). Desejar ver Deus implica viver na tranquilidade e na pureza da consciência e no espírito de paz. “Eu, porém, pela justiça, contemplarei a tua face e, ao despertar, serei saciado com a tua presença” (Sl 17,15).

Ver Deus é deixar que Cristo seja o Senhor da nossa vida. “Dexai-vos conduzir pelo espírito” (Gl 5,16^a) O ser humano na sua diversidade anseia contemplar Deus; “É verdade que os homens são diferentes quanto a capacidade física, intelectual e moral, mas devem ser ultrapassadas todas as espécies de discriminação relativamente aos direitos fundamentais da pessoa, quer por razões de sexo, quer da raça, cor, condição social, língua ou religião, por serem contrárias ao desígnio de Deus”²⁷.

Em situações de conflito e de opressão, todos buscam igualdade e procuram compreender que o ser humano é dotado de dignidade, e sempre busca conquistar e mante-la de modo a afirmar cada vez mais a justiça social. A igualdade que se quer afirmar, consiste em tratar todas as pessoas de maneira igual; somos todos iguais em princípio, perante a lei, e todos irmãos diante de Deus. “Ainda que, por vontade de Cristo, alguns são constituídos doutores, dispensadores dos ministérios e pastores em favor dos demais, reinam, porém, igualdade entre todos quanto à dignidade e quanto à atuação, comum de todos os fiéis, em favor da edificação do corpo de Cristo”²⁸.

Esta passagem estabelece o princípio de igualdade entre as pessoas, todos têm os mesmos direitos e deveres. “Não há judeu nem grego; não há escravo nem homem livre; não há homem e mulher, porque todos sois um só em Cristo Jesus” (Gl 3,28). A nossa fraternidade tem raízes na pessoa de Jesus, como mandamento selado pelo vínculo batismal.

²⁶SÍNODO DOS BISPOS, *Reconciliação e Penitência na missão da Igreja, documento de trabalho*, A.O, Braga, 1983, nº 18.

²⁷ CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Constituição pastoral “Gaudium et Spes”*, A.O, 11^a ed, Braga, 1963, nº 29.

²⁸ CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Constituição dogmática “Lumen Gentium”*, nº 32.

3- Como lidar com o conflito.

Evitar conflitos é, na verdade, o grande desejo do homem; mas eles fazem parte da vida e o essencial é saber lidar com eles. “A resposta calma desvia a fúria, mas a palavra rígida desperta a ira” (Prov 15,1). Diante de um conflito, a calma toma o controlo da conversa e evita dizer o que não se devia; lidar com o conflito, é saber ignorar os insultos e mostrar maturidade e respeito pelo outro.

“Há que criar uma sociedade não exclusivista, mas aberta; não impositiva, mas dialogante; não repressiva, mas tolerante; apostar na verdade, no combate à injustiça”²⁹. É preciso ter o conhecimento total das partes envolvidas, e munir-se de meios capazes de auxiliarem na resolução do conflito; ser capaz de compreender o lado que está a agir com justiça, e o que age com injustiça. Saber fazer um discurso que clama pela justiça, lá onde ela não estiver, e, ao mesmo tempo, mostrar que a injustiça pode não ser o nosso desejo, mas a nossa fraqueza.

A liberdade humana, como sabemos a partir da narrativa do Génesis, levou o homem a perder a amizade e o amor que tinha com Deus, fonte da verdade e da sua felicidade. A partir do momento em que o homem rejeita a sua submissão a Deus, experimenta o sofrimento e a morte como consequência da sua livre decisão. “Separado de Deus e da sua verdade, o homem torna-se estrangeiro e inimigo dos próprios irmãos; procede com injustiça e violência contra eles, Fazendo isso, rebaixa a sua dignidade pessoal e dissolve a união pacífica”³⁰.

A Bíblia apresenta-nos uma imagem mítica da origem e da permanência da convivência conflitiva do homem com o pecado: “Adão, onde estás?” (Gn 3,9). Este questionamento divino, não é sobre a localização geográfica de Adão, mas sobre a

²⁹CEAST, *Mensagem pastoral para a preparação do jubileu do ano 2000, ano nacional da família angolana*, de 12 Maio de 1995, CEAST, Luanda, 1995.

³⁰SÍNODO DOS BISPOS de, *Reconciliação e Penitência na missão da Igreja, documento de trabalho*, nº 12.

situação moral e espiritual em que ele se encontra. Deus acredita que, apesar de o homem tentar desligar-se d'Ele, ainda é seu amigo e vai ao seu encontro, para recuperar a amizade e o amor perdido na sombra do pecado.

A Bíblia, Palavra de Deus por excelência, contém muita riqueza no que concerne à coexistência nas discórdias, nas diferenças de afetos; “amai os vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem” (Mt 5,44). Nesta passagem, Jesus corrige a paixão do homem pelo mal, procura incutir a abertura ao estrangeiro, mostrar que a comunidade de amigos também é aberta aos inimigos.

“Não te peço que os retires do mundo, mas que os livres do maligno” (Jo 17,15); essa frase é sem dúvidas uma das mais belas e emocionantes que Jesus proferiu nos últimos momentos da sua vida. Nela encontramos o sentir verdadeiro de quem é na verdade Salvador do mundo. “Peço-vos irmãos, em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo, que estejais todos de acordo e que não haja divisões entre vós; permaneçei unidos num mesmo espírito e num mesmo pensamento. “Pois, meus irmãos, fui informado pelos da casa de Cloé, que há discórdias entre vós. Refiro-me pelo facto de cada um dizer: ‘Eu sou de Paulo’, ou ‘Eu sou de Apolo’, ou ‘Eu sou de Cefas’, ou ‘Eu sou de Cristo’. Estará Cristo dividido?” (1Cor 1,10-13). Quando não temos capacidade de suportar as diferenças, caímos automaticamente na divisão, porque queremos que tudo esteja ao nosso favor e orientado segundo a nossa maneira de pensar.

“O bom exercício diplomático que visa a promoção do diálogo inclusivo, a negociação, e que estimula a reconciliação entre as partes, é uma outra maneira de lidar com conflitos”³¹. Lidar com conflitos é também saber administrar e mediar as partes envolvidas e essa negociação deve ser concluída com o processo equilibrado, sem que haja prevalência de um sobre o outro, mas que ambos cheguem a um ponto favorável. Na vida diária podemos encontrar-nos envolvidos em conflitos com outras pessoas. Não é fácil reagir da forma correta no meio de uma briga feia, mas a Bíblia tem bons conselhos para acalmar os ânimos e resolver o conflito.

A Bíblia, Palavra de Deus, lembra ao homem boas práticas para lidar com conflitos; “Quem responde antes de ouvir, comete insensatez e passa vergonha” (Prov

³¹ AUGUSTO, Mário, *Conflitos em África e a experiência de Angola na sua resolução*, 63.

18,13); o sucesso do diálogo entre as pessoas depende muito da capacidade que cada um deve ter para ouvir e compreender o outro. Pois, uma resposta calma e com palavras ponderadas facilita ter o controle da conversa; “A resposta branda aplaca o furor, a palavra dura provoca a ira” (Prov 15,1). Ignorar os insultos do interlocutor, revela prudência e sobretudo o controlo imediato das emoções e, acima de tudo, maturidade; “O louco mostra logo a sua ira, mas o homem circunspecto dissimula o ultraje” (Prov 12,16).

Fazer o bem diante de todos e evitar retribuição na mesma medida, é uma das formas mais certas e de alto nível moral. “Guarda tua língua do mal e teus lábios de falarem falsamente. Aparta-te do mal, e pratica o bem; busca a paz e empenha-te por conquistá-la. Os olhos do Senhor contemplam os justos, e seus ouvidos estão atentos ao seu clamor por socorro” (Sal 34,13-15). E o Apóstolo Paulo aos cristãos de Colossos, apela ao perdão como elemento importante para o apaziguamento dos espíritos e restauração das amizades: “suportai-vos uns aos outros, perdoando-vos mutuamente, se alguém tiver razão de queixa contra o outro, tal como o Senhor vos suportou fazei-o vós também” (Col 3,13).

O homem, sendo um ser social, deve consciencializar-se de que não existe sociedade sem conflitos. “O conflito não é acidente na vida das sociedades, mas é parte integrante delas”³². Por esta razão, o homem procura formas de dar respostas aos conflitos para garantir a paz social, mas sem esquecer que os conflitos são inerentes ao ser humano, uma vez que na sociedade coexistem diferentes pontos de vista sob uma mesma questão, bem como cada indivíduo é dotado de uma personalidade singular e subjetiva que o difere dos demais.

A dificuldade em lidar com diferenças, é tão antiga como a própria sociedade. “A relação de grupos primitivos entre si é quase constantemente uma relação de hostilidade, e daí considerar que, nas civilizações antigas, a guerra representava quase a única forma de contacto com os outros grupos, sendo a única relação sociológica que se conseguia estabelecer entre eles”³³. Realmente em qualquer sociedade, as diferenças criam conflitos e, como também na antiguidade, as guerras eram até programadas;

³² NEVES, Tony, *Angola justiça e paz nas intervenções da Igreja Católica*, 80.

³³ *Ibidem*, 82.

“Quando chega a primavera, tempo em que os reis costumam partir para as batalhas”(1Crón 20,1).

4. Necessidade de reconciliação.

Quando falamos de reconciliação, referimo-nos à restauração de um relacionamento quebrado, de algo pessoal e coletivo, que tem em vista a recuperação da harmonia e da amizade perdida. “A reconciliação é uma meta secreta, explicitamente advertida e profunda, da história de cada pessoa humana e da história de toda a humanidade”³⁴. Quando o homem reconhecer que o caminho que trilhou ou que está a trilhar é pecaminoso e subversivo aos valores morais, arrepende-se do seu proceder e procura dar a volta à situação por meio da reconciliação.

A reconciliação profunda exige uma libertação total da consciência do mal, de maneira a rejeita-lo a partir das suas raízes mais profundas. “A aspiração, a reconciliação sincera e consistente é, sem sombra de dúvida, um móbil fundamental da nossa sociedade, como reflexo de um irreprimível desejo de paz”³⁵. Quando o homem deixa de pensar em si e abre a sua visão, tomando consciência do outro como sua preocupação, sem se deixar fascinar pelo domínio dos poderes temporais, constrói um ambiente de paz e harmonia, dando lugar ao ambiente de convivência entre as diferenças.

No combate ao conflito em todas as dimensões, a reconciliação surge como uma forma oposta às ambições sem tomar partido algum. Buscar reconciliação é ir ao encontro do que é justo, da recuperação do amor e da amizade perdida, procurar sarar as feridas causadas pelo ódio e pela vingança. A reconciliação pressupõe a aceitação da diversidade.

³⁴ ALMEIDA, Nuno, *Busca de sentido da Vida e reconciliação cristã, leitura teológica do pensamento de Viktor Frankl*, Empresa do diário do Minho Lda, [Braga], 2017, 72.

³⁵ JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica Reconciliatio et Penitentia*, A. O. Braga, 1985, nº 03.

O apóstolo Paulo insiste sempre em dizer que a diversidade deve não só ser aceite, mas que é necessária e desejada por Deus. Paulo fala de diversos dons com o mesmo Espírito (Cf: 1Cor 12,4-11). A diversidade a que Paulo se refere é de pessoas, culturas, raças, religião e de ideologia. E essa diversidade pode parecer como ameaça da invasão do meu eu, do meu território pessoal, da minha identidade; mas é uma enorme riqueza. O desejo de reconciliação é o desejo de Deus, a unidade; “Pai, que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti” (Jo 17,21a).

A reconciliação é necessária, porque proporciona um momento de reencontro dos corações desavindos, e esse momento passa pela conversão, pela justiça e pelo perdão; “A reconciliação consiste em unir o que está separado, reconduzir à amizade, trazer a paz superando as roturas”³⁶. A reconciliação cria um ambiente saudável, reconstrói a unidade destruída. Na evangelização de Paulo, a reconciliação é a mensagem central. Ele suplica: “para que o recebas para sempre, não já como escravo: como irmão querido; isto especialmente para mim, quanto mais para ti, que com ele estás relacionado tanto humanamente como no Senhor” (Flm 1, 15b-16). Deus nos reconciliou em Cristo e nos confiou o ministério da reconciliação. Assim como temos a responsabilidade de apregoar a reconciliação com Deus, também temos de fazê-lo em relação aos homens. “Ora, se teu irmão pecar, vai, e repreende-o entre ti e ele e se te ouvir terás ganho o teu irmão” (Mt 18,15).

5 - Âmbitos da reconciliação.

O interesse pela solução dos conflitos no mundo e pela construção da paz, tornou-se hoje uma necessidade urgente e de grande preocupação a todos os níveis da vida humana. O processo da reconciliação começa no momento em que as partes envolvidas reconhecem as dificuldades provocadas pelos conflitos e procuram abrir o caminho de diálogo e de perdão, passando por vários âmbitos ou níveis de reconciliação: nível político, institucional e interpessoal.

³⁶ALMEIDA, Nuno, *Busca do sentido da vida e reconciliação cristã*, 293.

a)

b) – Âmbito interpessoal.

A reconciliação no sentido interpessoal é feita por meio do diálogo, de um exame de consciência e de um arrependimento entre irmãos ou grupos de pessoas. “O diálogo fraterno, em nome do Senhor Jesus, pode ser fonte de reconciliação. Assim o diálogo da correção fraterna acolhida no amor é abertura para a conversão”³⁷. Ajudar alguém para um bom procedimento, é uma tarefa que exige de nós esforço e paciência, mas sem deixar de contar com um especial estado de graça divina. Todo o homem sente-se frágil, e constantemente suplica o perdão a Deus e ao próximo; a comunidade cristã é formada pelos convertidos que reconheceram a sua condição pecadora e se aproximaram de Deus.

“O diálogo autêntico, por conseguinte, tem em vista, antes de mais, a regeneração de cada um, mediante a conversão interior e a penitência, sempre com profundo respeito pelas consciências e com paciência, e o processo gradual requerido pelas condições dos homens do nosso tempo”³⁸. A reconciliação é um elemento importante na relação com os irmãos e com Deus. O próprio Jesus ensinou-nos na sua oração: Que é preciso perdoar aqueles que nos ofendem (Mt 6,12). Esta atitude exprime um gesto de reconhecimento da condição pecadora do homem, e a necessidade da graça e do perdão de Deus.

O perdão fraterno é consequência de um diálogo reconciliador e da manifestação da sinceridade do nosso coração. A nossa relação com Deus depende de certa maneira da nossa relação com os irmãos. “Deixa ali a tua oferta diante do altar, e vai reconciliar-te o com teu irmão e depois apresenta a tua oferta ao Senhor” (Mt 5,24). O grande desafio do homem, hoje, é lutar pela reconciliação e pelo perdão, experimentar a presença de Deus na sua vida. Reconciliar-se, é abrir o coração aos outros, é aceitar que o outro é parte de mim, é viver em comunhão como filhos e filhas de Deus.

³⁷ RAMOS-REGIDOR, José, *Teologia do Sacramento da Penitência*, Paulinas, São Paulo, 1989, 434.

³⁸ JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica “Reconciliatio et Penitentia”*, nº 25.

“O perdão de Deus não pode ser negado a quem está arrependido, sobretudo a quem se aproxima, de coração sincero, do sacramento da confissão para obter reconciliação com o Pai”³⁹. A reconciliação interpessoal é um reencontro entre pessoas que procuram reaver as relações perdidas, e isso parte precisamente de um exame de consciência pessoal, profundo, que dá origem a uma mudança interior de cada um. “Não vos acomodeis a este mundo. Pelo contrário, deixai-vos transformar, adquirindo uma nova mentalidade, para poderdes discernir qual é a vontade de Deus: o que é bom, o que lhe é agradável, o que é perfeito” (Rm 12, 2).

Os conflitos entre irmãos criam divisões, mas a esperança em Deus é garantia para a paz, porque nele reside a sabedoria e o amor que nos reconcilia e que nos permite acreditar que é possível o perdão. No momento de conflitos, a reconciliação e o perdão surgem como chaves para obtenção da graça divina; estes elementos criam em nós um ambiente favorável à comunhão com Deus.

“A misericórdia, fora e dentro do Sacramento da Reconciliação, não impõe condições, mas tem pressuposto: o arrependimento do pecador. Sem arrependimento não existe misericórdia possível”⁴⁰. O arrependimento é um dos grandes sinais da graça de Deus, um momento de reconhecimento das falhas cometidas, mas com sentimentos de mudança. Sem essa atitude, não há perdão dos pecados.

“Se voltares de novo para o Senhor teu Deus, e obedeceres à sua voz com todo o coração e com toda a tua alma, segundo aquilo que eu hoje te prescrevo a ti e aos teus filhos, então, o Senhor teu Deus, fará regressar os teus cativos e terá compaixão de ti; e de novo te reunirá de entre todos os povos, no meio dos quais te dispersou o Senhor teu Deus” (Dt 30,2-3).

Arrepender-se implica ter Deus presente em seu coração. Aquele Deus, que não condena, mas que salva. “Pois não vim para condenar o mundo, mas sim para o salvar” (Jo 13, 47b). Jesus veio ao mundo para salvar e dar vida, mas uma vida cheia de alegria, pois a presença de Jesus em todos os momentos da nossa vida é sempre motivo de paz e

³⁹ FRANCISCO, *Carta com a qual se concede a indulgência por ocasião do jubileu extraordinário da Misericórdia*, Vaticano, de 1 de Setembro de 2015.

⁴⁰ CANTALAMESSA, Raniero; *O rosto da misericórdia*, Paulus, Lisboa, 2016, 118.

de muita alegria. A graça divina superabunda as nossas falhas e assim, derrotadas todas as más inclinações, florescerá o amor e a justiça.

O arrependimento dos pecados leva a um sossego e a uma paz que jamais faz memória aos ecos dos erros do passado. Na verdade, na realidade ainda se registam dificuldades no que concerne a questão do perdão mútuo. “Sede, antes, bondosos uns para com os outros, compassivos; perdoai-vos mutuamente, como também Deus vos perdoou em Cristo” (Ef: 4,32). Ainda há dificuldade entre os cristãos em voltar ao convívio normal depois do choque, por terem sido profundamente magoados, ou por falta de perdão por causa do forte abalo de sentimentos de rancor e vingança.

c) - Âmbito institucional.

Quando se trata do conflito institucional, é preciso ter sempre em conta o pressuposto, segundo o qual ninguém é igual ao outro e que cada um é único e irrepetível, diferente em termos de carácter e ideologia; o que faz com que os conflitos estejam sempre presentes em qualquer instituição. “Para que exista verdadeira compreensão na convivência humana o diálogo deverá estabelecer-se em três níveis: o do grupo com o seu líder, dos indivíduos consigo mesmo e do indivíduo com o outro. Da sua autenticidade dependerá o progresso moral da vida humana”⁴¹. É preciso um desempenho forte no que toca ao relacionamento entre os indivíduos; deve existir uma interdependência no diálogo entre eles, de maneira a garantir a qualidade e o sucesso do diálogo, este é o primeiro elemento.

O Papa Francisco apela fortemente ao mundo, para abraçar a cultura do diálogo. “É hora de saber como projetar numa cultura que privilegia o diálogo como forma de encontro, a busca de consenso e de acordo, mas sem separar da preocupação de uma sociedade justa, capaz de memória e sem exclusões”⁴². O Santo Padre realça aqui alguns aspetos que fazem entender que existem outros elementos que dão qualidade e eficácia na resolução dos conflitos institucionais, como é caso da justiça, do consenso e do respeito pelas diferenças sem exclusões.

⁴¹ HERRERO, Jesus, *A Palavra religiosa no tempo*; Planeta, Lisboa, 2006, 93.

⁴² FRANCISCO, *Exortação Apostólica “Evangelii Gaudium”*; n° 239.

“O diálogo não é orgulhoso, não é agressivo, não é ofensivo. A autoridade vem-lhe da verdade que expõe, da caridade que difunde, do exemplo que propõe; não é comando, não é imposição. É pacífico, evita os modos violentos; é paciente e é generoso”⁴³. O Evangelista Mateus mostra-nos o carácter de Cristo com relação aos seus discípulos quando os recomenda; “Aprendei de mim, porque sou manso e humilde de coração” (Mt 11,29). O diálogo torna o homem generoso, “A alma generosa será cumulada de bens e aquele que dá com largueza, assim também receberá” (Pr 11,25). O diálogo conduz a paz; “vivei em paz com todos” (Rm 12,18).

O outro elemento essencial nas relações institucionais, é a justiça; que variadíssimas vezes é lesada; o que compromete profundamente as relações. “A justiça, por sua vez, alcança a sua plenitude interior somente no amor. Por isso, mesmo que cada homem é, realmente, imagem visível de Deus invisível e irmão de Cristo, o cristão encontra o mesmo Deus e a sua exigência absoluta de justiça e de amor em cada um dos homens”⁴⁴. A justiça nos conflitos institucionais surge como o garante de um regime democrático, que dita o respeito e os direitos de cada instituição. A justiça rege-se pelos princípios de participação e de igualdade social. Nas relações institucionais a justiça tem sido transformada em instância reguladora e meio adequado que garante efetivamente os direitos individuais e coletivos.

O funcionamento das instituições tem como base a ação da justiça, que orienta as atividades concretas, como intermediária entre a lei e a ação social. A justiça pressupõe a misericórdia como manifestação da ação divina. “A justiça caminhará a sua frente e a paz seguirá os seus passos” (Sl 85,14).

⁴³PAULO VI, *Carta Encíclica “Ecclesiam Suam”*, in Peter Stilwell (organizador) *Caminhos da justiça e da paz*, 2ª ed, Rei dos Livros, Lisboa, 1987, p 261, n° 81.

⁴⁴SÍNODO DOS BISPOS, “*Convenientes ex universo*”, in Peter Stilwell (organizador) *Caminhos da justiça e da paz*, 437, n° 35.

c)- Âmbito político.

Em termos políticos, a reconciliação visa estabelecer um processo político inclusivo, formado por um governo de transição, aliado a uma segurança adequada que permite a implementação de uma reconstrução de paz social. “ Paz construída a partir dos valores básicos da liberdade social e da justiça socioeconómica que engloba a democracia e a luta pelos direitos humanos”⁴⁵. Só assim a paz terá lugar e a força de transformar o conflito, melhorar o diálogo mútuo, promovendo formas não violentas de expressão das tensões sociais.

“A paz não é ausência da guerra; nem se reduz a um estabelecimento de equilíbrio entre as forças adversas, nem resulta duma dominação despótica. Com toda exatidão e propriedade, ela é chamada obra da justiça”⁴⁶. Numa outra perspectiva, a reconciliação é um processo contínuo e que tem como núcleo a construção da paz como instrumento capaz de transformar as forças negativas em positivas. “A justiça, sendo obra da paz e a paz obra da justiça” (Cfr: Is 32,17); devem estabelecer um equilíbrio sobretudo, na distribuição do bem comum, e na participação de todos os atores no desenvolvimento social.

“Justiça e paz são nomes que englobam realidades plurais, isto é: quando se fala deste nome, evoca-se um espírito de respeito pelos humanos sem exceção, o respeito pelas culturas, as boas relações entre os povos a nível nacional e internacional”⁴⁷. Não há paz sem justiça; a construção de uma sociedade ordeira passa pelo fortalecimento da justiça, de maneira a dirimir todas as desigualdades sociais que desembocam no desemprego e na miséria.

⁴⁵ VIDAL, Marciano; *Para Conhecer a Ética Cristã*, Perpétuo Socorro, Porto, 1997, p. 330.

⁴⁶ CONCILIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Constituição Pastoral*, “*Gaudium et Spes*”, nº 78.

⁴⁷ NEVES, Tony, *Angola justiça e paz, nas intervenções da Igreja Católica*, 125.

Alguns dos elementos importantes na política na luta pela paz são: “a tolerância e o empenho na promoção de diálogo, que garantem a comunidade, a existência de uma vontade política de pôr fim ao sofrimento social”⁴⁸. É necessário um grande esforço para entender o outro que é diferente em ideias e posições; a isso é que se chama tolerância em política. A tolerância é a mais difícil das disciplinas. A tolerância deve ser uma ação solidária na superação dessas desigualdades, deve ser o reconhecimento das diversidades dos vários extratos sociais contrapondo-se à hegemonia de uma cultura dominante que oprime e marginaliza as outras classes e grupos sociais.

d)- Caso concreto de reconciliação em Angola.

Depois de uma guerra civil, que durou quase mais de duas décadas e meia, de 1976 a 2002, entre o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA), Angola hoje é um país com apenas 17 anos de paz; uma paz que se vai consolidando com o processo de reconciliação nacional inclusivo, dando lugar à igualdade de direitos e a oportunidades para todos. “A pátria angolana deve tornar-se cada vez mais uma família, acabando com a guerra, perdendo, realizando uma profunda reconciliação nacional”⁴⁹. A reconciliação entre os angolanos torna-se efetiva, quando o maior desafio for o de olhar não para o passado ruim, mas para o futuro e com espírito inclusivo.

O processo de reconciliação em Angola vai-se fortificando passo a passo com o tempo até que se crie um ambiente verdadeiramente de unidade e de fraternidade. “Há que criar uma sociedade não exclusivista, mas aberta; não impositiva, mas dialogante; não repressiva, mas tolerante”⁵⁰. Criar condições que garantem unidade, incentivam o espírito de tolerância e paciência, o respeito pela diferença, pela lei e pelas instituições públicas, o sentido do bem comum e consideração pelos valores tradicionais e culturais.

⁴⁸ *Ibidem*, 126

⁴⁹ *Ibidem*, 248.

⁵⁰ *Ibidem*, 248.

Num clima de pós-guerra e de muita incerteza na luta pela paz, em que há muitas feridas ainda por sarar, “o diálogo é a única alternativa válida”⁵¹. O diálogo joga um papel decisivo no processo da reconciliação, pois ele é um elemento chave na resolução de conflitos; o diálogo equilibra as partes de maneira que não haja vencido nem vencedor. “A guerra civil nunca terá um vencedor. Só terá vencidos, porque a casa dividida contra si própria não subsiste, dizia D. Francisco Viti, o então Arcebispo do Huambo.”⁵² O vencedor de qualquer conflito armado é aquele que luta pela paz. Em Angola, durante o conflito armado, a Igreja Católica desempenhou um papel muito importante na reconciliação e na pacificação dos espíritos.

Os bispos da CEAST publicaram dezenas de mensagens pastorais de apelo ao fim da guerra, e de entre elas, destacamos três com os seguintes títulos: *‘Angola, para onde vais?’ de 1998*; *‘Irmão porque nos matamos?’ de 1993*; *‘Dai-nos a paz!’ de 2002*.

- Na mensagem com o título *‘Irmãos, porque nos matamos?’*, encontramos o seguinte teor: “Quer acreditem ou não, não podemos deixar de recordar aqui as terríveis contas que hão de prestar um dia a Deus, os supremos autores de tantos e tão hediondos crimes que esta terra está a perpetrar no meio do povo inocente. Senhores responsáveis da guerra, nós e os nossos fiéis continuamos a rezar por vós, para terdes a coragem da reconciliação, para serdes capazes de compreender que a vossa maior Vitória é a paz, de vós ansiosamente esperada pelo povo”⁵³. A CEAST clama em defesa do bem mais precioso do ser humano que é a vida; suplicando aos governantes o fim das hostilidades e confortando o povo, que é preciso esperança para vencer as dificuldades. Foram momentos muito difíceis, em que a paciência e a esperança foram virtudes assumidas pelo povo e que proporcionaram maior probabilidade de alcance da paz.

- Na mensagem com o título *“Angola, para onde vais”?* Os Bispos apelaram outra vez dizendo: “Vemos o povo a ser de novo esmagado pela crueldade das armas. Milhares de homens, mulheres e crianças já desalojados, esfomeados, esfarrapados, votados à mais indigna condição de um ser humano”⁵⁴. O repúdio da guerra era um sentimento que os

⁵¹ *Ibidem*, 252.

⁵² *Ibidem*, 253.

⁵³ CEAST, *Irmãos, porque nos matamos?* 15 de Agosto de 1993, CEAST, Luanda, 1993.

⁵⁴ CEAST, *Angola, para onde vais?* 27 de Julho de 1998, CEAST, Luanda, 1998.

bispos tinham, e todos desejavam o alcance de uma compreensão política por meio de um diálogo permanente.

- Na mensagem “*Dai-nos a paz!*”, Os Bispos, lançam o seguinte apelo: “Urge a necessidade de calar as armas, garantir a segurança das pessoas e seus bens e caminhar para uma reconciliação nacional. O panorama humanitário é desolador, mas há condições para melhorar. É preciso evitar o descalabro social e defender os direitos humanos. Fundamental será o papel dos conciliadores e aposta no perdão como bálsamo para curar as feridas desta guerra”⁵⁵.

Estas foram as mensagens que os Bispos da CEAST dirigiram a Angola e aos angolanos, e sobretudo aos dirigentes do MPLA e da UNITA, no sentido apelarem ao fim da guerra, e enveredarem pela via do diálogo, da reconciliação e da paz.

“A guerra civil em Angola, na visão do então Arcebispo do Huambo, D Francisco Vite, teve uma conotação étnica”⁵⁶. Esta afirmação de Tony Neves, citando Dom Viti, merece uma atenção especial e uma análise mais profunda, já que não só peca por errada, como também indica um certo desconhecimento da real situação. Ela refere duas realidades, ambas importantes, mas distintas:

- A primeira existe desde há séculos, e diz respeito à tradição da sociedade angolana, à história, à sociologia, a uma sociedade caracterizada por nove etnias distintas: “Kikongu, Kimbundu, Lunda-kioco, Umbundu, Ngangela, Nhaneka-Humbe, Xikwanyama, Herero e Xindongo; que constituem a então província de Angola, hoje República de Angola, e que fazem a sua riqueza, mas também a sua diversidade linguística e cultural do norte ao sul do país”⁵⁷. Uma diversidade ancestral, com as suas tradições e lideranças, marca todos os aspetos da vida em comum. Angola vive um multiculturalismo baseado no respeito e nos direitos fundamentais do homem, na luta pela promoção das minorias étnicas, sem pretensão de excluí-las e extingui-las, mas promovê-las para fazer com que se mantenha a riqueza da diversidade cultural.

⁵⁵ CEAST; *Dai-nos a Paz!* 22 de Fevereiro de 2002, CEAST, Luanda, 2002.

⁵⁶ NEVES, Tony, *Angola justiça e paz, nas intervenções da Igreja Católica*, 258.

⁵⁷ ESTERMANN, Carlos, *Etnografia de Angola*, sudoeste e centro, vol II, Luanda-Angola, 1983, 524.

- O segundo aspeto é que todas estas etnias têm a sua história particular e a sua forma de viver os tempos presentes, com mais ou menos liderança e politização. Essa politização e liderança podem explicar o maior ou menor grau de intervenção nos destinos de Angola, a maior ou menor intensidade com que cada etnia, região, grupo, responde aos desafios da atualidade, a maior ou menor intensidade com que os debates se transformam em conflitos, e a guerra civil se implanta ou suscita participação.

Por estas razões, se a guerra civil se estendeu a todo território, e todos os grupos sofreram diretamente ou não as suas consequências, tudo dependeu da forma como cada etnia foi politizada, visto que nem todas tiveram parte ativa na escolha dos destinos de Angola. Portanto, dizer que a guerra em Angola teve “*uma conotação étnica*”, é uma enorme tentativa de dividir Angola e os angolanos. De facto, desde o princípio o projeto da independência pretende estender-se a todos. E foi assim que o Doutor António Agostinho Neto, primeiro Presidente e Fundador da nação angolana, apelava: “de Cabinda ao Cunene um só povo e uma só nação”; um princípio que se tornou slogan de unidade e reconciliação nacional.

O Doutor António Agostinho Neto sonhava com um país em que a unidade está acima das etnias. É verdade que é preciso respeitar as opiniões e análises de outros, mas o que se constatou, é que a guerra civil em Angola envolveu todo o povo angolano de todas as etnias. O que podemos aceitar é que houve na verdade áreas mais afetadas, por serem lugares preferenciais do ponto de vista estratégico dos líderes de cada formação política. A própria CEAST, gritava: “Salvemos a vida dos angolanos e não a vida da etnia”⁵⁸.

“A paz e a reconciliação nacional estão assentes na postura política pacífica e no diálogo que caracteriza Angola com vista à obtenção de consensos entre as partes concernentes, para a concretização de uma estratégia comum que vise restabelecer e consolidar a paz, assegurar a defesa e a segurança da nação e dos cidadãos, garantir a estabilidade política, promover o desenvolvimento sustentável e diversificado e o bem-estar dos angolanos”⁵⁹.

⁵⁸NEVES, Tony; *Angola justa e paz, nas intervenções da Igreja Católica*, 254.

⁵⁹ AUGUSTO, Mário, *Conflitos em África e a experiência de Angola na sua resolução*, 95.

Hoje, Angola vive um momento histórico de paz definitiva, fruto da compreensão entre os próprios angolanos, que chegaram ao ponto de entender que há necessidade de acabar com o conflito entre eles, e procurar juntos o caminho do desenvolvimento e da paz.

A guerra em Angola criou ruturas profundas em todos os setores da vida social: divisões na política, na religião e aumento de conflitos étnicos, separação de famílias e comunidades. O processo de reconciliação em Angola continua a dar os seus passos, porque também ainda não atingiu os setores mais importantes. A justiça é um elemento muito importante na reconciliação, visto que ela restabelece a confiança na transformação da sociedade, garantindo esperança num futuro melhor. O diálogo, a justiça, a democratização de ideias e opiniões e a participação de todos os atores sociais na vida política, são considerados fatores essenciais na luta pela paz e pelo desenvolvimento integral do país.

A Igreja em Angola devia ser mais profética e mais realista nas suas afirmações, usando todo o seu poder moral e espiritual. Maria Barroso Soares, então Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa, solidária com as dores sofridas e as lágrimas derramadas, lançou desafio aos bispos: “pedi à Igreja ali reunida para que com a sua grande autoridade espiritual e moral, ajudasse o povo de Angola a encontrar os caminhos da paz e da reconciliação”⁶⁰. Para ultrapassar o mais urgente possível o conflito, “o diálogo é a única alternativa válida”⁶¹. Após a reunião da IMBISA de 1998, a CEAST publicou uma mensagem com o teor de apelo ao fim da guerra: “acabem com a guerra de uma vez para sempre, tenham pena do povo que é sempre verdadeira vítima da guerra, e não os dirigentes que a decretam”⁶².

A CEAST continuou a pressionar fortemente o governo e a UNITA, a olharem para o futuro, deixando o passado cruel, para “resolver os nossos problemas pelas armas do diálogo, e não pelo diálogo das armas”⁶³. A Igreja pede encarecidamente às partes envolvidas no conflito uma reconciliação nacional. A Igreja exigiu tanto da parte do governo a reconciliação e a paz, mas esqueceu-se de que ela própria precisa de

⁶⁰ NEVES, Tony, *Angola justiça e paz, nas intervenções da Igreja Católica*, 254.

⁶¹ *Ibidem*, 352.

⁶² *Ibidem*, 352.

⁶³ *Ibidem*, 250.

ultrapassar os conflitos étnicos que se registam em algumas arquidioceses, dioceses, paróquias e comunidade cristãs. Factos que fazem com que ela perca o modelo universal de um corpo místico que tem Cristo como cabeça e fundador.

6 - Síntese do capítulo I.

Neste capítulo, procurei abordar a questão do conflito como realidade humana visto numa perspectiva geral da vida humana. É natural a existência de conflitos nas relações humanas, por causa da própria complexidade da natureza do humana a sua diversidade de opiniões e de ideias.

O conflito surge na luta de grupos de diferentes sociedades na sua afirmação social, ocupação de lugares de destaque ou de sobrevivência. Por outro lado, o conflito surge como revelador de determinadas necessidades sociais que clamam por uma solução para que haja integração e consenso entre as partes. Em todo caso, o conflito quando atinge o seu apogeu, torna-se violento e causa bloqueios ou mau relacionamento da vida social.

O conflito é causado por mau relacionamento entre pessoas, grupos, povos, etnias, com diferentes modos de vida, cultura, posições geográficas, ideias, criando um ambiente desconfortável. Em certas partes do mundo, os conflitos acontecem pelo facto de se constituírem fronteiras sem uma avaliação correta da situação antropológica e sociológica, sem um olhar profundo pela situação étnica e que desemboca em conflitos muitas vezes mais graves e que atigem todos os âmbitos de vida social.

A paz é sustentada pela justiça, afirma Tony Neves, para dizer que a melhor maneira de conter os conflitos é a prática de justiça social. Uma sociedade justa é aquela que é capaz de respeitar os direitos e deveres, assim como as oportunidades iguais para todos os cidadãos. A injustiça social é consequência dos pecados pessoais. “Na verdade o Senhor é justo e ama a justiça; os homens honestos contemplarão a sua face” (Sl 11,7). Para lidar com o conflito é preciso saber acalmar os ânimos e usar palavras que não despertam a fúria da ira, não dizer tudo o que se sabe, mas saber tudo o que se diz. É também e sobretudo, evitar a formação de uma sociedade exclusiva, mas aberta, não

impositiva, mas dialogante, não repressiva mas tolerante que aposta na verdade e no combate a injustiça.

A necessidade de implantar a justiça em todos os setores da vida social passa pelo processo da reconciliação, que ajuda o homem a caminhar para unidade e a realizar o desejo de Cristo, “Pai, que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti” (Jo 17,21^a). A reconciliação é um meio autêntico para a resolução de conflitos, é um passo que se dá ao perdão divino e fraterno, assim como nos ensina a oração do Pai Nosso, “Pai perdoai-nos as nossas ofensas assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido” (Mt 6,12). A reconciliação exige misericórdia, arrependimento e perdão, como momentos de reconhecimento da presença da graça divina.

No contexto político e social, a reconciliação visa estabelecer um processo político inclusivo que permite a implementação da paz social e que se efetiva sobretudo quando o maior desafio for de olhar não para o passado ruim, mas para o futuro com espírito inclusivo.

Cap. II – SÍNODOS E TEMÁTICAS DA RECONCILIAÇÃO E DE PENITÊNCIA.

A Igreja é sinal de unidade e esperança no mundo; a sua missão é fazer com que todos os homens alcancem a plena unidade em Cristo, “porque a Igreja em Cristo é como que o sacramento ou sinal, e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano”⁶⁴. É com esta preocupação do compromisso que ela tem com o mundo, que promove Assembleias Sinodais como meios de resolução e de estudo sobre determinados problemas, que afetam as igrejas particulares e a universal. “Promover a unidade é, efectivamente, algo que se harmoniza com a missão essencial da Igreja”⁶⁵.

Neste capítulo pretendemos abordar questões ligadas aos sínodos realizados na Igreja, de modo especial os Sínodos sobre a África. O de 1983, sobre *Reconciliação e Penitência*, com o qual o João Paulo II publicou a *Exortação Apostólica Pós-sinodal “Reconciliação e Penitência na Missão actual da Igreja”*, que trata das questões da Igreja universal, o Sínodo de 1994 que teve como tema da reflexão, “*A Igreja em África e a sua missão evangelizadora rumo ao ano 2000: ‘Vós sereis minhas testemunhas’ (Act 1, 8)*”, e tendo como resultado final, a Exortação Apostólica Pós-Sinodal “*Ecclesia in Africa*”, também de João Paulo II. E finalmente o Sínodo de 2009 sobre “*A Igreja em África ao serviço da reconciliação, da justiça e da paz*”; suas propostas referenciadas na *Exortação Apostólica Pós-Sinodal “Africae Munus”*, de Bento XVI.

Os Sínodos realizados na Igreja foram determinantes na resolução de alguns assuntos e na recuperação da verdadeira imagem da Igreja; para reconduzir a Cristo,

⁶⁴ CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Constituição dogmática “Lumen Gentium”*, nº 01.

⁶⁵ CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Constituição pastoral “Gaudium et Spes”*, nº 42.

todos os homens de todas as raças, culturas, línguas e nações. Ele mesmo disse: “Eu sou o caminho a verdade e a vida” (Jo 14,6). Jesus é caminho, não apenas pelo seu ensinamento e exemplo, mas porque Ele próprio se identifica com a verdade e a vida; “Nele estava a vida e tudo o que veio existir” (Jo 1,4); “Ele está no Pai e o Pai está nele” (Jo 14, 10-11); e por esta razão Ele afirma: “Quem me vê , vê o Pai” (v. 9).

1 – Sínodo e sua origem.

Antes de tratar do Sínodo dos bispos sobre a Reconciliação, quero esclarecer a Palavra “Sínodo”. A palavra “Sínodo” tem a sua origem na língua grega: “*syn*” que quer dizer “juntos” e “*hodos*”, que significa “estrada ou caminho”. Portanto, “sínodo” significa ‘caminhar juntos’. “O Sínodo dos Bispos é entendido como assembleia ordinária ou extraordinária dos Bispos da Igreja Católica, convocado pelo Papa, com finalidade de discutir alguns assuntos especiais da Igreja”⁶⁶. Trata-se de um evento fundamental na Igreja universal, introduzido pelo Papa Paulo VI em 1965, para reforçar a unidade entre os Bispos e o Romano Pontífice, com participação dos seus representantes dos quatro pontos da terra, com objetivo de caminharem juntos na mesma fé, doutrina e disciplina eclesial.

“O Sínodo dos Bispos é a assembleia dos Bispos escolhidos das diversas regiões do mundo, que em tempos estabelecidos se reúnem para fomentarem o estreitamento da união entre o Romano Pontífice e os Bispos, para prestarem a ajuda ao mesmo Romano Pontífice com os seus conselhos em ordem a preservar e consolidar a incolumidade e o incremento da fé e dos costumes, a observância da disciplina eclesial, e bem assim ponderar as questões atinentes à ação da Igreja no mundo. Compete ao Sínodo dos Bispos discutir acerca dos assuntos a tratar e expressar os seus desejos; não, porém dirimi-los ou fazer decretos acerca dos mesmos, a não ser que, em certos casos, lhe

⁶⁶ OLIVER, de la Brosse - ANTONIN-Marie Henry- PHILIPPE, Rouillard; *Diccionario del cristianismo*; Herder, Barcelona, 1986, p 709.

tenha sido dado poder deliberativo pelo Romano Pontífice, a quem neste caso pertence ratificar as decisões sinodais”⁶⁷.

No credo católico, professamos que a Igreja é “una, santa, católica e apostólica”, que está presente em todo mundo, representada pelos discípulos de Cristo. Em diversas partes do mundo, ela está constituída por Igrejas particulares governadas pelos Bispos em comunhão com o Papa, o sucessor de Pedro.

“A união colegial aparece também nas mútuas relações de cada Bispo com as Igrejas particulares e com a Igreja universal. O Romano Pontífice, como sucessor de Pedro, é perpétuo e visível fundamento da unidade, não só dos Bispos, mas também da multidão dos fiéis. E cada um dos Bispos é princípio e fundamento visível da unidade nas suas respectivas igrejas, formadas à imagem da Igreja universal, das quais e pelas quais existe a Igreja católica, a una e única. Pelo que cada um dos Bispos representa a sua igreja e, todos em união com o Papa, no vínculo da paz, do amor e da unidade, a Igreja inteira”⁶⁸.

Portanto, o Sínodo dos Bispos é um órgão de consulta constituído pelos Bispos do mundo inteiro, ou seja, encontro dos representantes das conferências episcopais e responsáveis das igrejas particulares, que estão unidas ao Romano Pontífice, para em conjunto, refletirem, rezarem e fazerem algumas reestruturações necessárias para o bom funcionamento da Igreja.

⁶⁷ *Código de Direito Canónico*, A.O, Braga, 2007, cân 342-343.

⁶⁸ CONCILIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Constituição dogmática “Lumen Gentium”*, nº 23.

2 - O Sínodo de 1983 sobre a ‘Reconciliação e Penitência na Missão da Igreja’.

O Sínodo de 1983 foi anunciado a 25 de Setembro de 1981, na Basílica de São Pedro – Roma; numa solene celebração eucarística presidida por Sua Santidade o Papa São João Paulo II, tendo como tema da sessão: “*Reconciliação e Penitência na Missão da Igreja*”⁶⁹. O desejo dos padres sinodais é de unir todos Àquele que deu início a esta missão da Igreja: ‘Cristo’; “Pois foi Deus quem reconciliou o mundo consigo, em Cristo, não imputando aos homens os seus pecados, e pondo em nós a palavra da reconciliação”(2Cor 5,19). A reconciliação é um relacionar-se novamente com Deus, por meio de Jesus Cristo, através da conversão interior.

O Sínodo teve dois grandes objectivos: “1º - afirmar a função de reconciliação da Igreja, como parte essencial da sua missão, a fim de que ressalte mais claramente a ligação entre o momento da conversão dos corações e a reconciliação na sociedade. O 2º - É apresentar os princípios referentes à maneira de exercer validamente e com frutos esta atividade, quer no próprio seio da comunidade eclesial, quer na relação com todos os discípulos de Cristo, mesmo no seio da sociedade que está fora da Igreja”⁷⁰. O Sínodo debateu-se fortemente sobre o problema da reconciliação e de penitência, tema com o qual se une mais intimamente a vitória espiritual do homem.

A reconciliação também é expressa na comunhão entre o Romano Pontífice e o colégio universal dos Bispos; ela conduz a uma convivência baseada no amor e no perdão. A Igreja é modelo de reconciliação, pelo facto de ela ser “una”, “santa” e viver uma comunhão que nasce no coração de Cristo e que se estende para cada cristão, no silêncio e no amor. A reconciliação na Igreja tem suas origens no Evangelho de Cristo, na Eucaristia e na comunhão entre irmãos.

⁶⁹ SÍNODO DOS BISPOS, *Reconciliação e Penitência na missão da Igreja, Documento de trabalho para o Sínodo dos Bispos de 1983*, A.O, Braga, 1983, 01.

⁷⁰ *Ibidem* nº 01

O Sínodo exorta todo mundo ao dizer: “Com igual força de convicção, os homens religiosos declaram que é necessário a expiação; mas empregam e impõem meios e métodos de cultura religiosa que, embora diferentes, têm todos como finalidade purificar e libertar o homem do pecado”⁷¹. Os Bispos sinodais pedem ao mundo que é necessário criar meios e métodos de conversão do homem a Deus, e que esta é a melhor via para a mudança de vida e da sociedade. A reconciliação e a penitência são missão da Igreja, uma missão que se orienta no sentido de apresentar aos homens o mistério de Cristo redentor da humanidade.

“Quando a Igreja anuncia a mensagem da reconciliação, Deus põe nos seus lábios a sua palavra; e ela fala com efeito como se Deus exortasse pela voz dos seus ministros. Através da mensagem de Cristo, repete hoje as palavras da primeira pregação: convertei-vos e acreditai no Evangelho”⁷². O Evangelho não só tem em vista o anúncio da Boa Nova da salvação, como também convida o homem à conversão por meio do arrependimento dos pecados. Deste modo, o cristão assume esse encargo social de evangelizar e de testemunhar a graça transformadora de Cristo. O testemunho da mensagem divina é essencial, pois o mundo hoje está fortemente abalado por conflitos e tanta violência que destroem a vida humana. Precisa bastante de uma mensagem de esperança na força redentora e reconciliadora do amor de Cristo que emana do Evangelho.

A Igreja, quando aborda a questão da reconciliação, parte do primeiro sinal que confere a dignidade de filho de Deus e membro da Igreja; “O sacramento do Batismo constitui para o cristão a primeira reconciliação, por ser sinal eficaz da entrada na Igreja de Cristo e do dom da vida nova. A conseqüente conversão efetuada no Batismo atinge as raízes do homem, tocado na sua essência de homem: porque pelo batismo o homem renasce em Cristo e n’Ele torna-se uma nova criatura, participando da sua morte e ressurreição”⁷³.

O Batismo reconcilia-nos com Deus, na medida em que por ele se dá uma ruptura com o pecado, pois a reconciliação exige uma libertação do pecado, a partir das suas origens. É por esta razão que o Batismo, não só exige a reconciliação, como também

⁷¹ *Ibidem*, nº 17

⁷² *Ibidem*, nº 27

⁷³ *Ibidem* nº 29

uma conversão do coração. Pelo Batismo recebemos de Jesus a vida nova da graça; o pecado torna o homem incapaz de obedecer e fere o amor de Deus pelo homem. O pecado destrói a união entre Deus e os homens e os homens entre si; priva o homem da graça santificante e leva-o à morte. Daí a necessidade constante de se aproximar do Sacramento da Reconciliação a fim de manter a unidade.

Aos Apóstolos, Bispos e seus colaboradores, Cristo delegou esse ministério que exercem como instrumentos de misericórdia e de justiça divina, perdoando os pecados em nome da Santíssima Trindade. O cristão verdadeiramente maduro na fé, tem o fiel dever de participar da santa Eucaristia, desde que faça um exame de consciência, seguido de um arrependimento total dos pecados. A via viável para o cristão obter o perdão dos pecados é o Sacramento da Reconciliação.

“O Batismo traz consigo a reconciliação, em si mesma perfeita e que nunca faltará; a partir daí o cristão é constituído santo, o que significa que, como tal, o pecado não provém de si próprio, porque é filho da luz, escolhido por Deus, santo e amado, e que deixa de ser escravo para ser filho”⁷⁴.

O Batismo torna o cristão santo, filho amado de Deus, pelo fato de reconciliar o homem com Deus e com a própria Igreja. “Pois todos os que fostes batizados em Cristo, revestistes-vos de Cristo mediante a fé” (Gl 3,27). Revestir-se de Cristo, é identificar-se com Ele, imitando as suas ações. “Mas, a quantos o receberam, aos que nele creem, deu-lhes o poder de se tornarem filhos de Deus. Estes não nasceram de laços de sangue, nem de um impulso da carne, nem da vontade de um homem, mas sim de Deus” (Jo 1,12-13). A condição para se tornar cristão, é crer no nome do Senhor; isto é, aderir à sua Páscoa, à sua morte e ressurreição, renascer pela água e pelo Espírito Santo e confessar a fé na ressurreição dos mortos. Reconciliar-se com Deus pelo Batismo, implica rejeitar o homem velho e desejar desenfreadamente o homem novo.

“Pelo Batismo fomos, pois, sepultados com Ele na morte, para que, tal como Cristo foi ressuscitado de entre os mortos pela glória do Pai, também nós caminhemos numa nova vida. De fato, se estamos integrados nele por uma morte idêntica à sua também o estaremos pela sua ressurreição” (Rm 6,4-5).

⁷⁴*Ibidem*, nº 29.

O motor da vida cristã não é a lei de Deus exterior a nós, mas a força interior da sua graça que nos torna novas criaturas, livres da escravidão do pecado, que conhecemos pela instrução recebida no Batismo. “É que todos vós sois filhos de Deus em Cristo Jesus, mediante a fé; pois todos os que fostes batizados em Cristo, revesti-vos de Cristo mediante a fé” (Gl 3,26-27).

“A reconciliação é, com efeito, um dom oferecido por Deus aos pecadores, na sua misericórdia, a fim de que todos possam participar na purificação, na santificação e renovação pessoal e social, na comunhão de amor que há de instalar-se de forma perfeita, quando a Igreja inteira, na suprema alegria da caridade, adorar a Deus e ao Cordeiro que foi decapitado”⁷⁵. O Cordeiro imolado é símbolo de Cristo morto e ressuscitado, que deu a vida pela humanidade.

A Secretaria do Sínodo elaborou um documento chamado “*Instrumentum Laboris*” que continha a síntese das principais linhas orientadoras ou pensamentos aceites pela maioria. O documento apresenta três linhas ou planos fundamentais:

“1º - *O mundo e o homem procuram a reconciliação*, que tem como objectivo alertar o nosso espírito para a condição de desequilíbrio de que sofre o mundo em que vivemos e o próprio coração do homem donde ressalta claramente a renovação interior, através da Reconciliação e de Penitência. 2º - *A Mensagem da Reconciliação e Penitência*, que apresenta os aspectos doutrinários; nela se expõe a iniciativa pela qual se deve dar remédio a esta condição que Deus decidiu na sua misericórdia bondade de chamar o homem pela conversão e penitência. 3º - *A Igreja ministério da Reconciliação*, que expõe a obra pastoral da Igreja, no seio da qual e pela qual se opera a reconciliação e se pratica a penitência”⁷⁶.

Na vida prática, reconciliar é congregar, unir pessoas ou comunidades desavindas. A Igreja no seu tradicional sistema de reconciliação, serve-se da Eucaristia como centro da vida cristã, como modelo da reconciliação usando o método de Jesus: “Se fores, portanto, apresentar uma oferta sobre o altar e ali te recordares que o teu irmão tem alguma coisa contra ti, deixa lá a tua oferta diante do altar, e vai primeiro reconciliar-te com o teu irmão; depois volta para apresentar a tua oferta” (Mt 5,23-24).

⁷⁵ *Ibidem* nº 11.

⁷⁶ *Ibidem*, nº 05.

Esta passagem do Evangelho de Mateus, quanto a mim, revela a maneira como as nossas relações têm implicações na relação com Deus; o que significa dizer que a nossa relação com Deus depende de certa maneira da relação com os irmãos. “Confessai, pois, os pecados uns aos outros e orai uns pelos outros para serdes curados” (Tg 5,16). “Com humildade e mansidão, com paciência: suportai-vos uns aos outros no amor” (Ef 4,2). “Preocupai-vos em andar de acordo uns com os outros; não vos preocupeis com as grandezas, mas entregai-vos ao que é humilde, não vos julgueis sábios por vós próprios. Não pagueis o mal com o mal; interessai-vos pelo que é bom diante de todos os homens” (Rm 12,16-17).

“A reconciliação não se opera apenas para cada homem em particular, mas para a própria sociedade dos homens: pela virtude da redenção, os homens adquirem uma atitude nova uns para com os outros, e reconhecem recíprocamente a sua sublime dignidade pessoal; isto é, a dignidade própria dos que são a imagem viva de Deus”⁷⁷.

Essas capacidades de entrega ao serviço, ou mesmo a favor dos irmãos, contribuem para uma reconciliação prática e que exige também uma unidade na diversidade, tendo como base o amor cristão. A consciência da nossa fragilidade e do perdão que Jesus nos concede, levam-nos ao perdão mútuo: “Assim, pois, quem pensa estar de pé, tome cuidado para não cair” (1Cor 10,12). Paulo transmite uma lição de vigilância a todos os seus discípulos. No entanto, a Eucaristia é um dos grandes momentos na vida cristã para a reconciliação.

“Os Padres sinodais insistem em dizer que: “a reconciliação com Deus conversão e penitência, restabelece a unidade íntima do próprio homem, e reconcilia-o com os outros homens e com o universo”⁷⁸: A conversão é um momento propedêutico à reconciliação, pois exige aproximação, restauração e perdão. O Reino de Deus só acontece na vida de cada um, quando cada um tiver a vontade de se reconciliar com os outros, a força de promover o diálogo interpessoal ou comunitário, sem esquecer os ensinamentos de Cristo: “Perdoa as nossas ofensas como nós perdoamos a quem nos tem ofendido” (Mt 6,12).

⁷⁷ *Ibidem*, nº 21.

⁷⁸ *Ibidem*, nº 09.

O perdão mútuo, é uma das características que exprime uma profunda identidade da comunidade dos discípulos de Jesus; eles vivem o perdão que lhes vem do Pai, invocado, recebido e partilhado. É a partir dessa dinâmica que cresce a reconciliação e o perdão que geram o amor: “É nisto que está o amor: não fomos nós que amámos a Deus, mas foi Ele mesmo que nos amou e enviou o seu filho como vítima de expiação pelos nossos pecados” (1Jo 4,10).

Jesus o enviado do Pai, é o primeiro reconciliador da humanidade, tarefa que depois encarregou aos seus discípulos e à Igreja. “O mistério da reconciliação está presente na Igreja onde irradia a sua ação”⁷⁹. A Igreja, comunidade dos fiéis, tem desde as origens, o dom e a missão de reconciliação enraizada na misericórdia e no amor de Deus. Deus manifesta o interesse pela reconciliação, a partir do ato redentor de Cristo. Com a sua morte na cruz, venceu as forças do mal, e com a sua total obediência ao Pai, trouxe a salvação ao mundo, e tornou-se para todos reconciliador. Em todas as partes, a Igreja anuncia a Boa Nova da reconciliação, apelando desse modo, a todos à conversão. “Em nome de Cristo suplicamo-vos: reconciliai-vos com Deus” (2Cor 5,20b).

Israel, povo de Deus, é chamado à reconciliação mediante o sacrifício de Cristo, sacramento universal da reconciliação. A Igreja, esposa de Cristo, sinal e instrumento de reconciliação, tem a missão de levar todos os convertidos e reconciliados à participação da glória celeste. A Igreja continua a ser mãe e mestra, que orienta todos os homens à reconciliação, denunciando todas as injustiças, chamando-os à conversão. É sua missão propor aos homens a reconciliação, a testemunharem em todo mundo a caridade que Jesus deixou como modelo e herança aos seus discípulos, superando deste modo todas as dificuldades com o amor mútuo, e com adequado crescimento da vida fraterna e espiritual.

“O Sínodo tem como objetivo afirmar a função de reconciliação na Igreja como parte essencial da sua missão, a fim de que ressalte mais claramente a ligação entre o momento da conversão dos corações e o da reconciliação na sociedade”⁸⁰. A Igreja é apresentada como um corpo vivo, unido e indivisível, reconciliado, que tem Cristo como cabeça. Cristo é o centro da unidade, onde convergem todos os cristãos de todas

⁷⁹ RAMOS-REGIDOR, José, *Teologia do Sacramento da Penitência*, 482.

⁸⁰SÍNODO DOS BISPOS, *Reconciliação e Penitência na missão da Igreja, Documento de trabalho para o Sínodo dos Bispos de 1983*, nº 01.

as culturas, tribos, línguas e nações. “Há um só corpo e um só Espírito, assim como a vossa vocação vos chamou a uma só esperança; um só Senhor, uma só fé, um só batismo; um só Deus Pai de todos, que reina sobre todos, age por todos e permanece em todos” (Ef 4,4-6).

3 – Exortação Apostólica ‘Reconciliatio et Penitentia na Missão actual da Igreja’.

Este documento escrito por Sua Santidade São João Paulo II e publicado em 1984, como resultado do Sínodo de 1983, surge no momento oportuno como resposta ao problema da Reconciliação e de Penitência na Igreja. Mas uma Reconciliação ligada à Penitência, “tal Penitência que se relaciona com a metanoia, a que se referem os Evangelhos Sinópticos, Penitência que é a íntima mudança do coração sob o influxo da Palavra de Deus, na perspectiva do Reino”⁸¹

O Papa João Paulo II neste documento sobre a Reconciliação e Penitência, exorta a Igreja universal a uma reconciliação fundamentada usando as palavras do evangelista Marcos, “convertei-vos e acreditai no Evangelho” (Mc 1,15). Essas palavras acolhidas e vividas com fé e esperança, conduzem a “uma aspiração à reconciliação sincera e consistente que é, sem sombras de dúvida, um móbil fundamental da nossa sociedade, como que reflexo de um irreprimível desejo de paz”⁸².

A Reconciliação é certamente um dos meios legais para a pacificação de litígios; ela abre caminhos de acesso ao direito e à justiça, que conduzem ao respeito pela igualdade de vida e de oportunidades; a Reconciliação foi sempre considerada como a célebre maneira e menos burocrática na busca de soluções de conflitos; ela motiva a aproximação das partes e inibe todos os problemas que dificultam o diálogo entre os litigantes.

João Paulo II vai além, quando fala da Reconciliação mais profunda; “aquela que é total e que exige necessariamente a libertação do pecado, rejeitado nas suas raízes

⁸¹ JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica “Reconciliatio et Penitentia”*, nº 04.

⁸² *Ibidem*, nº 03.

mais profundas”⁸³. A Reconciliação profunda exige ao pecador superar os abismos que o separa de Deus, dos homens e da natureza; aquelas tensões permanentes de guerras, ódios, de corações desavindos sem paz, nem sossego e longe de Deus.

O pecador precisa reconciliar-se com Deus que é sua fonte e origem; ele não pode caminhar sem Deus, porque, se assim for, sujeita-se à cegueira, à perdição e à morte eterna. A Exortação trata da “reconciliação de toda a família humana e da conversão do coração de cada pessoa, do seu regresso a Deus, querendo confirmar e proclamar que a união entre os homens não se poderá realizar sem mudança interior de cada um”⁸⁴.

Realmente o Apóstolo Paulo diz que tudo provém de Deus que nos reconciliou consigo (2Cor 5,18); o que não significa que Deus precisa de reconciliar-se com o homem; é o homem que precisa de reconciliar-se com Deus. “Amei-te com um amor eterno. Por isso, dilatei a misericórdia para contigo” (Jr 31,3b). Deus criou os homens por amor, como lembra o Papa: “criou-os, com o fim de viverem em amizade com Ele e em comunhão entre si”⁸⁵. A Reconciliação é ato de amor extremo que leva à morte na cruz. Pois bem sabemos que não é a cruz que gerou a reconciliação com Cristo, mas é a reconciliação que gerou a cruz de Cristo.

“Reconciliar-se com Deus, supõe e inclui apartar-se com lucidez e decisão do pecado, no qual se caiu. Supõe e inclui fazer penitência no sentido mais pleno do termo: arrepender-se, manifestar o arrependimento, assumir atitude concreta do arrependimento, que é a de quem se coloca no caminho do regresso ao Pai”⁸⁶. Reconciliação supõe um arrependimento profundo pelos actos cometidos que se torna válido quando leva o pecador a reconhecer a sua culpa. A Reconciliação liberta o pecador da antiga condição, das mágoas do passado.

A Reconciliação é um ministério operado por Jesus, e depois confiado aos Apóstolos e à Igreja; “Deus confiou-nos o ministério da reconciliação e as palavras da reconciliação. Nas mãos e na boca dos Apóstolos, seus mensageiros, o Pai depôs

⁸³ *Ibidem*, nº 04

⁸⁴ *Ibidem*, nº 04.

⁸⁵ *Ibidem*, nº 10.

⁸⁶ *Ibidem*, nº 13.

misericordiosamente o ministério da reconciliação, que eles exercem de maneira singular, em virtude do poder de agir ‘*in persona Christi*’⁸⁷. O ato de reconciliação não é outra coisa senão aquele momento em que o pecador descobre o Deus misericordioso, e não há outra atitude, a não ser a de pautar pela conversão, como fruto de regresso ao Pai.

“A Igreja é reconciliadora ainda, na medida em que mostra ao homem os caminhos e lhe oferece os meios para a referida reconciliação enquanto dimensões. Os caminhos são exatamente os da conversão do coração e da vitória sobre o pecado, seja ele o egoísmo ou a injustiça, a prepotência ou a exploração de outrem, o apego aos bens materiais ou busca desenfreada do prazer”⁸⁸. A Igreja é sempre reconciliadora, porque transmite ao pecador a graça de perdão que o torna unido a Deus seu criador. O perdão de Deus manifesta-se na Igreja a partir da reconciliação com os irmãos.

Na Exortação Apostólica “*Reconciliatio et Penitëntia*”, João Paulo II diz que “para promover a penitência e a reconciliação, tem a Igreja ao seu dispor dois meios, principalmente que lhes foram confiados pelo seu próprio fundador: a catequese e os sacramentos”⁸⁹. A Igreja considera a catequese como uma das tarefas mais importantes no processo de evangelização. S. Paulo diz que “a fé surge da pregação e a pregação surge pela Palavra de Cristo” (Rm 10,17). O que quer dizer que a fé entra pelos ouvidos, e daí a grande necessidade da pregação do Evangelho. Hoje, o processo de reconciliação é coadjuvado fortemente pela nova evangelização, sobretudo nos sectores da palavra, da catequese e da homilia.

O Apóstolo Paulo interroga-se: “como hão de invocar aquele a quem não acreditaram? E como hão de acreditar naquele de quem não ouviram falar? E como hão de ouvir falar, sem alguém que o anuncie? E como hão de anunciar, se não forem enviados? Por isso está escrito: Que bem-vindos são os pés do que anunciam as boas-novas!” (Rm 10,14-15). A catequese é uma das bases da reconciliação; por isso, ela deve ser transmitida com zelo e com conhecimentos baseados na sã doutrina.

⁸⁷ *Ibidem*, nº 08.

⁸⁸ *Ibidem*, nº 08.

⁸⁹ *Ibidem*, nº 24.

O Catecismo da Igreja Católica diz que “os sacramentos são sinais sensíveis e eficazes da graça, instituídos por Cristo e confiados à Igreja mediante os quais nos é concedida a vida divina”⁹⁰. A Reconciliação é sacramento da graça de Deus por meio do sacrifício redentor de Cristo na Cruz, e que se manifesta por meio da conversão como sinal do grande desejo que o pecador sente em regressar ao seu Criador.

4 – Sínodo de 1994 sobre “A Igreja em África e a sua missão evangelizadora rumo ao ano 2000. ‘Vós sereis minhas testemunhas’ (Act 1,8)”.

A Igreja acolheu mais uma vez em 1994, uma Assembleia especial dos bispos para África, que teve como tema: “*A Igreja em África e a sua missão evangelizadora rumo ao ano 2000: ‘Vós sereis minhas testemunhas’ (Act 1, 8)*”⁹¹. “Foi um momento de graça histórico, em que o Senhor visitou o seu povo que está em África. Com efeito, este continente vive hoje aquilo que se pode definir como um sinal dos tempos, um momento próprio, um dia de salvação para África. Parece chegada a hora da África, uma hora favorável que insistentemente convida os mensageiros de Cristo a fazer-se ao largo e lançar as redes para a pesca”⁹².

Foi um momento especial para examinar os problemas da Igreja, especialmente no continente africano. Pois era a hora da Igreja tomar consciência da universalidade da sua missão, e de levar a cruz de Cristo a todos os povos.

⁹⁰ *Catecismo da Igreja Católica*, nº 1131.

⁹¹ JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica Pós-sinodal “Ecclesia in Africa”*, A. O. – Braga, 1995, nº 08.

⁹² *Ibidem*, nº 06.

5 - Exortação Apostólica “*Ecclesia in Africa*”.

A Exortação Apostólica Pós-sinodal “*Ecclesia in Africa*”, do Papa João Paulo II, surge num momento oportuno para discutir e dar solução a alguns problemas da Igreja em África e não só; apesar de tudo isso, inquieta-me o silêncio dos Bispos sinodais por não terem falado muito e de maneira pormenorizada sobre a questão da reconciliação em África, a nível eclesial e social.

O Sínodo examinou várias situações da Igreja em África, sobretudo no aspeto da missão evangelizadora que reclama particular atenção da Igreja no momento presente: “a evangelização, a inculturação, o diálogo, a justiça, a paz e os meios de comunicação social”⁹³. Estes foram os grandes desafios da Igreja para África e que permitirão realizar as tarefas da evangelização, dando o testemunho de Cristo e contribuindo de maneira mais eficaz na edificação do Reino de Deus.

Cristo é o primeiro e o verdadeiro reconciliador, “porque foi nele que aprovou a Deus fazer habitar toda a plenitude e, por Ele e para Ele, reconciliar todas as coisas, pacificando pelo sangue da sua cruz, tanto as que estão na terra como as que estão no céu” (Col 1,19). “Foi com esta força que os Bispos de África confiaram o seu continente a Cristo Senhor, convictos de que só Ele, com o seu Evangelho e com a sua Igreja, pode salvar a África das dificuldades actuais e curá-la dos seus numerosos males”⁹⁴. Esta confiança vem da resposta que Deus deu ao salvar a humanidade depois da queda de Adão e Eva, fazendo surgir Jesus Cristo do seio virginal de Maria e por obra do Espírito Santo, que morreu na cruz como resgate de todos os pecados da humanidade, reconciliando-nos com Deus, com os homens e com toda a criação.

Os Padres Sinodais estavam plenamente conscientes dos problemas que a África enfrentava, mas “a sua confiança estava fundada na certeza da promessa divina que assegura que a nossa história não está fechada em si mesma, mas aberta ao Reino de

⁹³ *Ibidem*, nº 08.

⁹⁴ *Ibidem* nº 10.

Deus”⁹⁵. Esta esperança pode justificar na verdade a aparente indiferença que os Padres Sinodais apresentaram no que concerne os problemas da África. “A Igreja em África é e foi sempre missionária, facto que remonta aos séculos II e IV, considerados como tempos de intensa glória da África cristã e de grande produção teológica. Foi um período em que se registou o surgimento dos grandes teólogos africanos reconhecidos na arena cristã internacional, como Orígenes, Tertuliano, Santo Agostinho e tantos outros que testemunharam com a sua vida o Evangelho de Cristo”⁹⁶.

Apesar de África continuar presa na miséria e sofrimento, ela é espiritualmente rica; “a terra abençoada da África está literalmente semeada de sepulturas de valorosos arautos do Evangelho”⁹⁷. Por esta razão, João Paulo II lembra-nos que “devemos evocar a lembrança daqueles que em África, antes de vós e ainda hoje convosco pregaram o Evangelho”⁹⁸; como nos adverte a própria Sagrada Escritura: “recordai-vos dos vossos guias, que vos pregaram a palavra de Deus; observai o êxito da sua conduta e imitai a sua fé”(Hb 13,7). O Sínodo não esqueceu prestar uma brilhante homenagem aos missionários e missionárias, que se entregaram devotamente na transmissão da fé cristã em África.

Historicamente a África é conhecida como o segundo continente de Jesus, como demonstra o Evangelho de São Mateus, 2,13-23. África acolhe a Sagrada Família no Egipto, para além de outro factos em que se citam figuras importantes da história de Israel, como Moisés que nasceu e cresceu e que teve revelação de Deus no monte Sinai localizada na península ou melhor entre a África e a Ásia (Ex 19, 1-24). Portanto, a confiança que a Igreja africana tem em Deus, revela a tranquilidade e a firmeza da fé, não importa as dificuldades, Deus é a solução de tudo.

Os Padres Sinodais preocuparam-se primeiramente com o anúncio do Evangelho de Cristo e não tanto com a reconciliação, por compararem a África àquele homem que descia de Jerusalém para Jericó e que caiu nas mãos dos salteadores (Cf: Lc 10,30-37), e por outro lado, “ser um continente onde inumeráveis seres humanos homens, mulheres, crianças e jovens, jazem de algum modo, prostrados à margem da estrada, doentes,

⁹⁵ *Ibidem*, nº 14.

⁹⁶ *Ibidem*, nº 31.

⁹⁷ *Ibidem*, nº 35

⁹⁸ *Ibidem*, nº 35.

feridos, indefesos, marginalizados e abandonados”⁹⁹. No entanto, a reconciliação em África só terá eco a nível político, social e religioso, depois de superar estas dificuldades, que, de uma ou de outra maneira, impedem o caminho para uma vida pacífica e reconciliada.

6 - Sínodo de 2009 sobre “A Igreja em África ao Serviço Reconciliação, da Justiça e da Paz”. ‘Vós sois o sal da terra, vós sois a luz do mundo’ (Mt 5,13-14)”.

Convocado por Bento XVI, em Junho de 2005, a assembleia teve como tema: “*A Igreja em África ao serviço da reconciliação, da justiça e da paz. Vós sois o sal da terra, vós sois a luz do mundo (Mt 5, 13-14)*”. Foi um tema bastante significativo, e semelhante ao da primeira assembleia para África. Aconteceu assim porque a Igreja quis aprofundar mais a questão da reconciliação, justiça e paz, que África tanto precisa.

Esta assembleia teve um grande impacto a nível do continente e não só, e serviu-se do documento “*instrumentum laboris*”, um formado por um conjunto de questionários enviados a todas as igrejas católicas espalhadas pelo mundo, que joga um papel importante no processo da reconciliação, tendo como referência obrigatória Jesus Cristo o reconciliador da humanidade. “Jesus Cristo é a fonte da reconciliação de Deus com a humanidade e com cada pessoa. Ele é o agente de reconciliação dos homens entre si”¹⁰⁰.

Na verdade, Cristo é por sua essência o portador da reconciliação e da paz, pelo facto de ser Ele mesmo o construtor da comunhão, da unidade que se espelha a partir do testemunho de uma vida que dá lugar ao perdão. “Para que a tua dádiva seja verdadeira, primeiro reconcilia-te com o teu irmão” (Mt 5,23-24). A reconciliação é um processo que nos encaminha ao perdão dos pecados, mediante a misericórdia de Deus. “A

⁹⁹ *Ibidem*, nº 41.

¹⁰⁰ SÍNODO DOS BISPOS, II Assembleia para a África, *A Igreja em África ao serviço da reconciliação, da justiça e da paz, “Instrumentum laboris”* Cidade do Vaticano, Roma, 2009, nº 42.

reconciliação que Cristo continua a operar através dela para a unidade do género humano, é uma cura lenta e longa que exige de todos os cristãos que trabalhem com a fé de Moisés que resistiu, como se visse o invisível. Curados pela unção do Espírito de Cristo, eles poderão agir para reconciliar os homens entre si e restabelecer a paz nos corações e na sociedade”¹⁰¹.

É uma restauração do estado de paz e de união entre os homens e Deus. “Uma reconciliação que o Apóstolo Paulo designa com o termo “*Katallage*” reconciliação, derivado do verbo “*Katallasso*”, que significa fazer as pazes depois da guerra. Uma reconciliação entendida pelo Apóstolo como, uma graça de Cristo, que faz com que o homem pecador tenha acesso à presença de Deus”¹⁰². A carta aos Efésios diz que “Cristo tornou-se a nossa paz, porque derrubou a inimizade que separa os homens, fazendo deste modo surgir um homem novo” (Ef 2,14). Cristo é o reconciliador cósmico que une o Céu e a terra; “Por Ele e para Ele, reconciliar todas as coisas, purificando pelo sangue da sua Cruz, tanto as que estão na terra como as que estão no Céu” (Cl 1,20).

O Sínodo refere-se à reconciliação que vem de Cristo, reparador das ruturas entre Deus e o cosmos, aquele que faz a paz derramando o seu sangue na cruz. “Quando falamos de reconciliação em alguns contextos como por exemplo em África, esse conceito pode ser sinónimo de justiça e paz porque está enraizado na ideia de restaurar a harmonia entre o ofendido e o ofensor e com a sociedade no seu todo”¹⁰³.

No sentido mais amplo, a Assembleia faz referência à reconciliação em diversas dimensões: sociopolítica, económica e cultural. Na dimensão sociopolítica, o Sínodo refere-se a “certas sociedades africanas que foram levadas à ruína pelos seus dirigentes políticos. Alguns países foram o teatro de cenas trágicas de xenofobia, onde o estrangeiro simbolizava todos os males da sociedade e servia de bode expiatório: seres humanos foram queimados vivos, feitos em pedaços, famílias foram dispersadas, aldeias destruídas. Noutros países, confirmam algumas Igrejas particulares, certos partidos

¹⁰¹ *Ibidem*, nº 91.

¹⁰² FITZMYER, Joseph, *Linhas Fundamentais da Teologia Paulina*, Paulinas, São Paulo, 1970, p 82.

¹⁰³ SÍNODO DOS BISPOS, *II Assembleia especial para a África, A Igreja em África ao serviço da reconciliação, da justiça e da paz*, nº 55.

políticos utilizaram a fibra étnica, tribal ou regional para atrair populações à sua causa na conquista do poder, em vez de favorecer o viver em conjunto”¹⁰⁴.

Nestas sociedades, o exercício do poder político deve ser feito por colóquios que respeitem os princípios de igualdade de direitos e de justiça, e sobretudo da pluralidade de opiniões. Implementa-se um sistema político que aceita essa diversidade social e cultural que compõe a nação.

E ao referir-se à dimensão socioeconómica, a Assembleia aponta que “a má gestão e a miséria que ela engendrou, provocaram o tráfico de seres humanos, exploração comercial de prostituição e o trabalho submetido a menores. Ao nível das nações, as zonas ricas em recursos petrolíferos ou mineiros, tornaram-se rapidamente focos de conflitos, até mesmo de guerras entre povos vizinhos e nações”¹⁰⁵. A debilidade da política económica dos governos africanos, é um dos grandes fatores do subdesenvolvimento e de miséria que se regista na maioria dos países africanos. Nessas últimas décadas e com a criação da “União Africana”, procura-se propor algumas soluções para superar as falhas cometidas pela comunicação social durante séculos.

“No que concerne a dimensão sociocultural da reconciliação, a Assembleia aponta alguns meios de comunicação (rádio, imprensa escrita, televisão) que difundiram informações e imagens, que incitaram as populações à violência e ao ódio, causando sérios danos aos valores que cimentavam o tecido familiar e social: o respeito pelos anciãos, as mulheres como mães e protetoras da vida”¹⁰⁶. Neste entretanto, os bispos apelam ao respeito que os meios de comunicação social devem ter para com os valores culturais e sociais dos povos. Que sejam, antes de mais, promotores da reconciliação, do diálogo, da correção fraterna, da resolução de conflitos entre povos e culturas, entre grupos sociais ou organizações políticas. Que os meios de comunicação social sejam canais viáveis para o acesso à unidade e a soluções pacíficas.

Ainda na mesma senda da cultura, a Assembleia está preocupada com as injustiças: “A mulher continua a ser subjugada em todas as regiões sob diversas formas: a violência doméstica, expressão do domínio dos homens sobre as mulheres; a

¹⁰⁴*Ibidem*, nº 50.

¹⁰⁵*Ibidem*, nº 51.

¹⁰⁶*Ibidem*, nº 52

poligamia que desfigura o rosto sacro do matrimônio e da família, também pela competição entre as mulheres e crianças por elas geradas; a falta de respeito pela dignidade e os direitos das viúvas; a prostituição; a mutilação dos órgãos genitais das mulheres”¹⁰⁷.

A Bíblia, em casos de injustiças e de violência contra a mulher, ensina a dar uma solução pacífica que não viola a lei, nem lesa a dignidade da mulher. “Mestre, esta mulher foi apanhada a pecar em flagrante adultério. Moisés na lei mandou-nos matar à pedrada tais mulheres. O que tu dizes?” (Jo 8, 4b-5). Jesus não fez nenhuma reação primária, procurou fazer o silêncio, e sem olhar para qualquer um deles, fixou os olhos no chão e escreveu no chão.

Jesus, em primeiro lugar, procura a justiça sem usar palavras de condenação, mas de perdão e misericórdia, sem responder à questão colocada, Ele faz outra; “quem de vós estiver sem pecado, atire a primeira pedra” (Jo 8,7b). E serenamente o Senhor convida a mulher adúltera à conversão dizendo: “eu também não te condeno. Vai, e de agora em diante, não tornes a pecar” (Jo 8,11b). Neste episódio, mais uma vez Jesus ensina aos seus discípulos a vencer o mal com o bem, usando a misericórdia como meio pelo qual todos serão reconciliados e alcançarão o perdão dos pecados.

7 - Sínodo de 2009 “*Propositiones Finales*”.

O Sínodo de 2009 apresentou a Igreja e ao mundo, um documento que contém algumas propostas e soluções, em vista do bom funcionamento da atividade evangelizadora e da própria comunhão eclesial. Apresento algumas de entre várias *Propositiones finales*:

1º– “Os Padres pedem humildemente ao Santo Padre que disponha sobre a oportunidade de oferecer um documento sobre a Igreja em África ao serviço da reconciliação, da justiça e da paz. 2º - A Igreja reze para que o Espírito de Pentecoste que renove o nosso empenho apostólico em contribuir para que a reconciliação, a justiça e a paz prevaleçam em África e em todo mundo. Que Ele não permita que os imensos

¹⁰⁷*Ibidem*, nº59.

problemas que pesam sobre a África nos vençam, para que nós possamos ser ‘Sal da terra’ e ‘luz do mundo’. 3º - Que os bispos em comunhão com o Bispo de Roma, sejam os principais promotores da comunhão e da colaboração no apostolado da Igreja, do qual participam os sacerdotes, diáconos, as pessoas consagradas e os fiéis leigos”¹⁰⁸.

Uma das grandes preocupações da Assembleia é que os bispos em África devem reavivar as estruturas da comunhão eclesial existente, especialmente a COSMAM. E para isso proõem:

- “Um conselho continental para o clero, o laicado e para as mulheres católicas.
- Sobre o Sacramento da Reconciliação, pedem a todos os cidadãos e governos africanos que reconheçam os valores da fraternidade, e promovam todo tipo de iniciativas que contribuam para a reconciliação e a consolidem de forma estável e permanente a todos os níveis da sociedade. - Diálogo inter-religioso: que o diálogo com as outras religiões, especialmente com o Islão e as religiões tradicionais africanas, seja parte integrante da promoção do Evangelho e ação pastoral da Igreja em nome da reconciliação e da paz”¹⁰⁹.

As “propositiones” sugerem questões como “a segurança social, justiça social a erradicação da pobreza, a Doutrina Social da Igreja; rever os materiais catequéticos para todos os níveis (crianças, jovens, casados, famílias), promover a educação, pois a África precisa de um programa orgânico de educação, onde se articulem intimamente a fé e a razão, de modo que os fiéis possam estar convenientemente preparado para enfrentar as dificuldades da vida”¹¹⁰

Como dizia no princípio, estas são algumas das grandes sugestões do Sínodo de 2009, sobre “*A Igreja e África ao serviço da reconciliação, da justiça e da paz. Vós sois o sal da terra, vós sois a luz do mundo (Mt 5, 13-14)*”.

Foi um momento especial para a Igreja em África renovar o seu espírito missionário, para em conjunto com a Igreja universal levar a bom porto a obra da

¹⁰⁸ SÍNODO DOS BISPOS, “*II Coetus specialis Pro Africa*”, *A Igreja em África ao serviço da reconciliação, da justiça e da paz*, 2009, “*Elenchus Finalis Propositionum*”, nº 1, 2 e 3

¹⁰⁹ *Ibidem*, nº 4 e 11.

¹¹⁰ *Ibidem*, nº 15, 17, 18, 19.

salvação operada por Cristo. A reconciliação, a justiça e a paz conferem ao homem a dignidade e uma nova maneira de ser e de viver; elas libertam e cultivam nos corações a verdade que a sociedade e mundo precisam.

8 - Exortação Apostólica “*Africae Munus*”, de 2011.

“Como o Pai me enviou, também eu vos envio a vós” (Jo 20,21b). Palavras de Cristo, que entusiasmaram os discípulos a continuarem a missão até ao tempo presente; é nesta mesma senda de compromisso com a obra de Cristo no mundo, que em 2009 sob a orientação de Bento XVI realizou-se o Sínodo dos Bispos com o tema: *‘A nova evangelização para a transmissão da fé cristã’*. “O Sínodo teve como objetivos buscar os meios necessários que permitam levar o anúncio de Cristo às pessoas, plasmar as comunidades, permear em profundidade, através do testemunho dos valores evangélicos, a sociedade e a cultura”¹¹¹.

Apesar de a sinodalidade ser uma prática tradicional da Igreja, os sínodos dos Bispos de África são realmente recentes, na medida em que há essa necessidade de fazer com que a Igreja reconheça outras formas e expressões de comunhão das igrejas particulares, entre si e na sua relação com a Igreja de Roma.

Queremos, neste ponto com os Sínodos de África, procurar entender o que os Bispos sinodais disseram sobre a reconciliação em África e no mundo. Realmente “o Sínodo permitiu discernir os pontos fulcrais da missão para uma África que aspira pela reconciliação, a justiça e a paz. Compete às Igrejas particulares traduzir estes pontos em ardorosos propósitos e directrizes concretas de acção; com efeito, é nas Igrejas locais que se podem estabelecer as linhas programáticas concretas”¹¹². Sendo a África um continente assolado por diversos problemas sociais, é natural os bispos sinodais terem essa preocupação pela reconciliação, justiça e paz no continente.

¹¹¹ BENTO XVI, *Exortação Apostólica Pós-sinodal, “Africae Munus”, sobre a Igreja em África ao serviço da reconciliação da justiça e da paz*, Cidade do Vaticano, Roma, 2011, nº 14.

¹¹²*Ibidem*, nº 14.

É deste modo que a Igreja africana foi crescendo, dando sinais positivos de que é capaz de auto-reconciliar-se consigo mesma e ser verdadeiramente uma Igreja comprometida com a tarefa de levar o Evangelho a todos os africanos e conduzi-los a Deus.

A Igreja em África ao pautar a sua ação pelo serviço de reconciliação, torna-se sal da terra e luz do mundo; “Vós sois o sal da terra. Ora se o sal se corromper, com que se há de salgar? Não serve para mais nada, senão para ser lançado fora e ser pisado pelos homens. Vós sois a luz do mundo” (Mt 5,13-14). Como o sal dá sabor aos alimentos e os conserva, assim também os discípulos se devem comportar no mundo: o sal que invoca um pacto perpétuo, e a luz como a claridade que vem de Cristo que é a luz que ilumina todo o mundo.

Os Bispos sinodais, ao falarem da reconciliação entre os africanos, precisaram de lembrar aos participantes as palavras da Sagrada Escritura, ao dizer que “para se tornar seus irmãos e suas irmãs, é necessário ser daqueles que “ouvem a Palavra de Deus e a põem em prática” (Lc 8, 21). A escuta autêntica é obedecer e agir, é fazer desabrochar na vida a justiça e o amor, é oferecer na existência e na sociedade um testemunho na linha do apelo dos profetas, que unia constantemente Palavra de Deus e vida, fé e rectidão, culto e compromisso social”¹¹³. Observar os mandamentos divinos é um desejo da reconciliação, pois eles nos conduzem a caminho responsável para a construção de comunhão entre as pessoas. Esses mandamentos permitem que a Palavra de Deus encarne na vida humana.

A reconciliação, a justiça e a paz, foram temas que suscitaram grandes debates no decorrer do sínodo; factos que permitiram questionar a verdadeira importância e o lugar que a Igreja ocupa na sociedade africana. “Os Bispos sinodais comprometeram-se em prol daquela purificação interior do homem que constitui a condição preliminar essencial para a edificação da justiça e da paz”¹¹⁴. O compromisso pela reconciliação passa pela maturação das consciências e pela purificação interior dos corações, no sentido de o homem tomar consciência de que a verdadeira humanidade não pode existir sem Deus.

¹¹³*Ibidem* nº 16.

¹¹⁴*Ibidem*, nº 19.

“É a graça de Deus que nos dá um coração novo e nos reconcilia com Ele e com os outros”¹¹⁵. Deus é fonte e origem de reconciliação pelo facto de ser Ele mesmo que tomou a iniciativa de reconciliar o mundo corrompido pelo pecado. “Os gentios são admitidos à mesma herança, membros do mesmo corpo e participantes da mesma promessa, em Cristo Jesus por meio do Evangelho” (Ef 3,6).

“A reconciliação não se limita ao desígnio que Deus tem de reconduzir a Si, em Cristo, a humanidade alienada e pecadora, através do perdão dos pecados e por meio do amor. É também a restauração das relações entre as pessoas mediante a harmonização das diferenças e a supressão dos obstáculos ao seu relacionamento através da experiência do amor de Deus”¹¹⁶. A verdadeira reconciliação é feita com Deus e com os homens; o que significa dizer que é preciso uma reconciliação espiritual e que se repercute na vida concreta, no sentido de ultrapassar todas as barreiras e restabelecer a comunhão e a fraternidade.

É preciso uma reconciliação sólida que abra caminhos para uma verdadeira configuração a Cristo; que indique um itinerário de formação integral em todas as dimensões da vida. A reconciliação deve mudar o coração e a maneira de pensar, de ser e de agir.

“A reconciliação deve ser efectiva e acompanhada por um acto corajoso e honesto: a busca dos responsáveis destes conflitos, daqueles que financiaram os crimes e se dedicam a todo o tipo de tráficos, e a determinação das suas responsabilidades. As vítimas têm direito à verdade e à justiça. É importante, no presente e para o futuro, purificar a memória, a fim de construir uma sociedade melhor”¹¹⁷. A reconciliação deve ser total na medida em que seja capaz de unir todos os atores do conflito e sem deixar de parte os aliados de cada um; procurar ajudá-los a abandonar as motivações que estavam na base dos conflitos.

Em África, como noutras partes do mundo, a reconciliação é um processo contínuo de construção de paz, ou ainda meio, pelo qual se transformam as forças negativas em positivas, onde se pode observar a justiça e a paz. “Reconciliação é algo

¹¹⁵*Ibidem*, nº 20.

¹¹⁶*Ibidem*, nº 20.

¹¹⁷*Ibidem*, nº 21

que está inserido dentro do conceito de «reconstrução» pós-conflito, uma vez que esta não constitui algo apenas ligado a estruturas físicas: é a reconstrução de seres humanos, da estrutura social, da cultura, do ambiente e de uma cultura de paz e respeito que conduza a uma coexistência pacífica”¹¹⁸.

Neste sentido, a reconciliação é entendida como elemento essencial que garante a mudança de vida e de ideologia, que restabelece as relações sociais fundadas na igualdade dos direitos fundamentais. Uma reconciliação virada ao combate à exclusão social dos indivíduos, ao desrespeito pelos direitos de cidadania e dos princípios de unidade e de solidariedade.

9 - Síntese do capítulo II.

A Igreja realizou vários Sínodos sobre a África com diferentes temáticas ligadas aos problemas mais cantendos que as comunidades africanas viviam naquela altura. A Igreja acredita que a reconciliação tem origem nos Evangelhos (palavras e atos de Jesus); o pecado é raiz de todos os males morais que arruinam a sociedade. E com o seu extirpar por meio da reconciliação, se pode alcançar de maneira eficaz o perdão.

A reconciliação foi sempre na Igreja assumida e considerada como verdadeiro sinal sacramental que exige do pecador a rutura do pecado e conversão do coração. Já no sacramento do baptismo o homem reconcilia-se com Deus, “todos os que fostes baptizado em Cristo, revesti-vos de Cristo mediante a fé” (Gl 3,27). A reconciliação é um dom oferecido por Deus na sua misericórdia aos pecadores, a fim de que todos possam participar na purificação, na santificação e na renovação pessoal e social. A conversão é uma resposta à palavra de reconciliação que interpela o homem.

João Paulo II, na *Exortação Apostólica “Reconciliação e Penitência” na missão da Igreja*, reforça as palavras do Evangelista Marcos quando diz: “Convertei-vos e acreditai no Evangelho” (Mc 1,15). A reconciliação torna-se profunda quando for total e capaz de exigir uma libertação real do pecado, rejeitando-o a partir das suas raízes mais profundas. A *Exortação Apostólica “Ecclesia in Africa”* diz que, a reconciliação passa

¹¹⁸Ibidem, nº 21.

por um empenho no exercício da evangelização, da inculturação, do diálogo, da justiça e da paz. É com a fé em Cristo que os Bispos de África tiveram a firme convicção de que só Cristo e o seu Evangelho podem salvar a África das suas dificuldades e cura-la dos seus numerosos males.

A Assembleia especial para África de 2009 teve um impacto forte no que concerne ao processo da reconciliação em África e no mundo; tendo como referência obrigatória Jesus Cristo verdadeiro reconciliador. Na mesma senda o *instrumentum laboris* também faz uma referência a reconciliação operada por Cristo através do seu derramamento do sangue na cruz. A Exortação Apostólica “*Africae Munus*” apresenta a preocupação dos Bispos sinodais em discernir os pontos fulcrais da missão para uma África que aspira pela reconciliação, justiça e paz, uma vez que a África é um continente assolado por diversos problemas sociais. Os Bispos comprometeram-se em trabalhar mais na conversão interior do homem que constitui a condição essencial para edificação da justiça e da paz. A graça de Deus é que nos dá um coração novo, e nos reconcilia com Ele e com os outros.

A reconciliação deve ser acompanhada por um ato corajoso e honesto, que busca acima de tudo, unir os responsáveis dos conflitos e responsabiliza-los. Em África, como noutras partes do mundo, a reconciliação é um processo contínuo de construção de Paz. Nesta Assembleia os Bispos recomendaram a todos os agentes da pastoral na Igreja, continuarem a colaborar a nível diocesano, nacional, continental e intercontinental, organizando-se por conselhos continentais para o clero, e para os leigos. E no que concerne ao desenvolvimento cultural dos povos, os Bispos propõem a seguinte organização pastoral:

- Uma semana de reconciliação anual, especialmente nos tempos litúrgicos mais forte da Igreja.

- Um ano jubilar extraordinário no qual a Igreja em possa dar graças a Deus.

Portanto, a reconciliação torna-se necessária porque possibilita o homem reencontrar-se com Deus e com o seu próximo, por meio da penitência individual ou coletiva, e que ajuda a despertar no homem o desejo de abandonar os conflitos e seguir o caminho da conversão e do perdão.

CAPÍTULO III – PEDAGOGIA DA RECONCILIAÇÃO.

Aprender aceitar o outro na sua fragilidade é uma atitude pedagógica no combate ao pecado e na procura pela salvação do pecador “suportai-vos uns aos outros no amor, esforçando-vos por manter a unidade do Espírito pelo vínculo da paz” (Ef 4,2b-3). A nossa responsabilidade pelos outros deriva da caridade de Cristo. Pois Ele mesmo disse: “porque sem mim nada podeis fazer” (Jo15, 5b).

O capítulo aborda a questão da pedagogia da reconciliação, como um método adequado através do diálogo feito por intermédio de um mediador, da correção fraterna e da abertura ao Sacramento da Reconciliação como um momento de encontro com Deus para reafirmar os valores que dão sentido à vida; isto é, renovar a nossa própria vida na relação com Deus e com os outros.

1 – O diálogo como pilar da reconciliação.

Hoje o mundo carece de uma pedagogia de reconciliação capaz de ajudar os homens a abandonarem as vias de conflito e atinarem para os caminhos do diálogo, da verdade, da justiça, liberdade e perdão, sendo esses os verdadeiros pilares da reconciliação. O diálogo é importante sobretudo no mundo religioso; “os ‘países muçulmanos’ da África de hoje edificam-se sobre as ruínas das antigas e florentes cristandades. As relações islamo-cristãs têm uma longa história com muitas fases e faces. É fundamental para toda a África que o caminho do presente e do futuro seja o de colaboração e do diálogo entre os cristãos e muçulmanos, e construção das nações na diversidade religiosa”¹¹⁹. As religiões devem ser canais catalizadores de paz, e devem

¹¹⁹DOMINGUES, Bento, “Concílio ou Sínodo Africano?” *In Público* 7 Junho de 1992, 34.

promover uma convivência pacífica entre os povos, respeitando a diversidade de raça, cultura, tribo e religião.

Sua Santidade o Papa São João Paulo II, na *Exortação Apostólica “Ecclesia in Africa”*, dizia:

“O diálogo há de ser praticado antes de mais, no seio da Igreja família, a todos os níveis: entre os Bispos, as Conferências Episcopais ou as Assembleias da Hierarquia e a Sé Apostólica entre as igrejas de todas as nações de todo o continente e dos outros continentes, e, em cada Igreja particular, entre Bispos e Presbíteros, as pessoas consagradas, os agentes pastorais e os fiéis leigos; bem como assim entre os diferentes ritos, no seio da própria Igreja”¹²⁰.

O Papa fala do diálogo numa perspectiva de troca de experiências e de aproximação entre Igrejas, hierarquias, agentes pastorais de diferentes culturas e regiões do mundo. Um diálogo como confronto entre diferentes manifestações de fé, doutrinas, com vista à formação de uma unidade. A Igreja empenha-se na promoção do diálogo como elemento necessário para formação e organização das comunidades cristãs. O diálogo exige compreensão, capacidade de aceitar e considerar, acolher os valores que cada cultura apresenta. O diálogo deve ser franco e aberto, que exprima uma ideia geral capaz de ser compreendida por todos.

A exigência do Papa visa apelar o testemunho evangélico de unidade, não só entre católicos, mas também com todo o cristão batizado de qualquer confissão religiosa.

“Unidos a Cristo no seu testemunho em África, os católicos são convidados a desenvolver um diálogo ecuménico com todos os irmãos batizados das outras confissões cristãs, a fim de que se realize a unidade pela qual Cristo rezou, de maneira que o seu serviço às populações do continente, torne o Evangelho mais credível aos olhos daqueles que procuram a Deus”¹²¹.

O diálogo leva os homens a unirem-se por amor, para melhor se conhecerem e viverem em comunhão, partilhando as diversas experiências espirituais. O diálogo promove um bom relacionamento entre comunidades, proporcionando deste modo o

¹²⁰JOÃO, PAULO II, *Exortação Apostólica “Ecclesia In Africa”*, nº 65.

¹²¹ *Ibidem*, nº 65.

respeito mútuo pelas diferenças doutrinárias entre as Igrejas. Por outro lado, o diálogo pode ser considerado como elemento importante no exercício do testemunho comum da caridade em todos os níveis de vida espiritual e social; o diálogo fortifica a unidade entre os cristãos, diminuindo deste modo todas as tendências de divisões doutrinárias entre as igrejas.

O diálogo entre as igrejas produz uma dinâmica vital, que reforça os laços de fraternidade, solidariedade e humanidade; une-as todas na missão de Cristo. “E na sua função de fomentar a unidade e a caridade entre os homens e até entre os povos, considera primeiramente tudo aquilo que os homens têm de comum e os leva à convivência”¹²². Esta abertura da igreja ao exterior e a partilha daquilo que ela tem em comum com as outras igrejas, permite, de certa maneira, uma purificação mútua que ajudará todas a responderem melhor à missão do Evangelho de Jesus Cristo no mundo.

A Igreja, na sua missão e no diálogo com os homens, procura aproximar as comunidades de diversos povos espalhados pela terra; já que “os homens constituem todos uma só comunidade, todos têm a mesma origem, pois foi Deus quem fez habitar em toda a terra o gênero humano, têm também todos um só fim último, Deus, que a todos se estende na sua providência, seus testemunhos de bondade e seus desígnios de salvação, até que os eleitos se reúnam na cidade santa, iluminada pela glória de Deus e onde todo os povos caminharão na sua luz.”¹²³.

O diálogo pode ser uma das melhores maneiras de aproximar e interagir com os outros, a partir da virtude da caridade que permite acolher e criar vínculo de fraternidade desejada por Deus. Pois, foi sempre desejo de Cristo de sermos um só como Ele é um com o Pai. “Eu e o Pai somos um” (Jo 10,30). A carta aos Efésios dá-nos uma ideia de unidade global entre Deus e os homens, e os homens entre si: “Há um só corpo e um só Espírito, assim como a vossa vocação vos chama a uma só esperança, um só Senhor, uma só fé, um só batismo; um só Deus e Pai de todos, age por todos e permanece em todos” (Ef 4,4-6).

“A evangelização prossegue o diálogo com Deus, com a humanidade e atinge o seu ápice na pessoa de Jesus Cristo. Uma atitude de diálogo, é o modo de ser do cristão

¹²² CONCILIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Declaração “Nostra Aetate”*, nº 01.

¹²³ *Ibidem*.

dentro da comunidade, com os outros crentes e com os homens e mulheres de boa vontade”¹²⁴. A grande preocupação dos cristãos, foi sempre o desejo de responderem à vontade de Cristo, que é a unidade. O diálogo entre cristãos tem como fim último a unidade na reconciliação, que envolve de certa maneira o respeito pelas diferenças de crenças e outras práticas entre as religiões.

Entre os vários pilares da reconciliação, o diálogo ocupa um lugar proeminente na luta contra todos os fenómenos que criam divisões no seio das comunidades e dos povos. A Igreja, como instrumento de salvação no mundo, avança na luta pela transformação dos corações e mentes: “Não vos acomodeis com este mundo pelo contrário deixai-vos transformar, adquirindo uma nova mentalidade, para poderdes discernir qual é a vontade de Deus: o que é bom o que lhe é agradável, o que é perfeito” (Rm 12,2). Ser cristão na Igreja é manifestar ao mundo aquela vontade firme de Cristo, de dizer a verdade e mostrar às pessoas a reconciliação com Deus e com os irmãos. A maneira de ser e agir do cristão tem como referência o próprio Cristo.

“Vós sois o sal da terra. Ora se o sal se corromper, com que se há de salgar? Não serve para mais nada, senão para ser lançado fora e ser pisado pelos homens. Vós sois a luz do mundo, não se pode esconder uma cidade situada sobre o monte; nem se acende uma candeia para a colocar de baixo do alqueire, mas sim em cima do candelabro, e assim alumia a todos os que estão em casa. Assim brilhe a vossa luz diante dos homens, de modo que vendo as vossas boas obras glorifiquem o vosso Pai, que está no Céu” (Mt 5, 13-16).

No processo de reconciliação, o diálogo é apontado como elemento chave para a unidade social, para o encontro e compreensão de uns com os outros, sobretudo aos que por razões de natureza socioculturais estiveram sempre distanciados. O diálogo dirime todas as possibilidades de violência e de ódio, recompõe as boas relações humanas em todas as esferas da vida social. O diálogo reconstrói a amizade destruída, recuperando todos os valores necessários para a vivência e reconciliação entre os cidadãos. O diálogo, apesar de parecer um mero gesto de um linguajar humano, é na verdade, um meio que põe em contacto os homens entre si; ele nos catapulta para uma visão mais

¹²⁴ KAMBUTA, José, *Os atuais desafios da Igreja em África*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2017, p 120.

ampla da democracia, promovendo deste modo o respeito pelas ideologias e pelo bem comum.

O Magistério da Igreja interpreta a reconciliação como: “um sacramento que exprime e estimula a comunhão de fé na Igreja, a *lex orandi* é um dos critérios essenciais do diálogo que se esforça por restaurar a unidade entre os cristãos”¹²⁵.

O diálogo é sinal que aponta para a unidade e reconciliação entre sociedades, famílias e indivíduos. Ele surge como remédio para sarar e ligar as roturas e ampliar a capacidade de compreensão, do respeito pelo bem comum como responsabilidade de todos. Num mundo em construção, o diálogo é importante, porque convida o homem ao respeito mútuo das opiniões de outros, superando de igual forma todas as falhas.

A natureza humana tende sempre para um diálogo que salvaguarde as diferenças e a liberdade a todos os níveis de vida social: na política, na religião, na cultura e na economia.

“Em relação à religião, o diálogo aparece como um convite que foi lançado, em nome da unidade da Igreja, tão desejada por Jesus, e para tornar o Evangelho mais credível a todos aqueles que procuram a Deus de coração sincero, para estabelecer a unidade entre todos os crentes de todas as confissões religiosas”¹²⁶

O diálogo favorece as relações inter-religiosas que enriquecem a alteridade; o ser humano é por natureza chamado a pautar a sua ação pelo diálogo de maneira integral, como caminho onde se realiza essa reciprocidade que envolve as partes distintas numa comunhão mútua, isto é, no sentido de compreender, aceitar e fazer valer o outro.

O diálogo, como pilar da reconciliação, é uma atitude moral que implica o respeito pelas convicções do outro, criando deste modo condições necessárias que favoreçam uma aproximação entre as partes. No diálogo importa a abertura ao outro, a conversão profunda do coração, de modo a gerar novas formas de viver em sociedade.

¹²⁵ *Catecismo da Igreja Católica*, nº 1126.

¹²⁶ KAMBUTA, José, *Os atuais desafios da Igreja em África*, p 120.

2 – A mediação.

A mediação apresenta-se como um procedimento ou método usado na procura de soluções para diversos conflitos, ou então um meio alternativo de solução de conflitos. Aparece como imparcial, capaz de responder aos anseios mais justos para a sociedade. “A mediação é a ação de servir de intermédio”¹²⁷, mas que tem como objetivo principal estimular o diálogo e a reconciliação, como meios de soluções consensuais de conflitos. Em termos gerais, ela visa encontrar e restaurar as relações, tendo em vista um futuro melhor.

Em termos pessoais, o mediador surge como facilitador para resolver litígios, com o poder decisivo e deliberativo de impor qualquer sentença; ele é elo de ligação que estabelece o intercâmbio de diálogo capaz de encontrar bases que levam aos acordos e conseqüentemente ao fim de conflitos. “O mediador é aquele que intervém para estabelecer um acordo, uma reconciliação, um diálogo entre duas ou mais pessoas em conflito”¹²⁸. O mediador situa-se sempre numa posição neutra, sem tomar partido algum no conflito. A sua função consiste simplesmente em aproximar as partes a partir de um aconselhamento jurídico. Portanto, para pôr fim a um determinado conflito, é preciso encontrar um meio alternativo jurídico que visa de alguma forma pôr fim ao conflito.

A Igreja é também conhecida, desde as suas origens, como medianeira por vocação e meio de reconciliação, pois que, está fundada em Cristo, o único mediador entre Deus e os homens. “Pois, há um só Deus, e um só mediador entre Deus e os homens, um homem: Cristo Jesus, que se entregou a si mesmo como resgate por todos” (1Tm 2,5-6).

¹²⁷ BROSSE, A.M.Henry, *Diccionario del cristianismo*, Herder, Barcelona, 1986, p 469.

¹²⁸ JAIME, de Seguiet, *Dicionário prático ilustrado, Novo dicionário enciclopédico luso brasileiro*, edt Lello e Irmão, Porto, 1927, p 755.

A Igreja recebe de Cristo o dom de medianeira, para que, a partir da sua pregação do Evangelho, leve os homens a entenderem-se e a encontrarem caminhos justos de paz. Na verdade, o grito profético da Igreja sobre a reconciliação apela às consciências dos homens a pautarem-se pela paz. Ela coloca-se no lugar dos sem voz, dos pobres e necessitados, dos oprimidos e explorados, dos mais fracos e dos humildes.

“Felizes os mansos porque possuirão a terra. Felizes os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados. Felizes os misericordiosos porque alcançarão misericórdia. Felizes os puros de coração porque verão a Deus. Felizes os pacificadores, porque serão chamados filhos de Deus. Felizes os que sofrem perseguição por causa da justiça, porque deles é o Reino do Céu” (Mt 5,5-10).

Promover a dignidade da pessoa, é reconhecer profundamente a imagem divina cravada no homem, aceitar que o homem é a imagem e semelhança de Deus, “Deus criou o ser humano à sua imagem, criou-o à imagem de Deus” (Gn 1,27). Significa isto dizer que a dignidade da pessoa humana vai além das classificações dos homens. A vida é um dom de Deus, o que faz com que haja preocupação para que o homem não sobreviva, mas tenha uma vida digna. O próprio Cristo disse: “Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância” (Jo 10, 10b).

O respeito pela dignidade da pessoa humana, vem de um direito natural fundado sobre a verdade divina, em que cada homem terá capacidade de reconhecer devidamente os seus direitos e os dos outros.

“A Igreja sabe perfeitamente que, ao defender a dignidade da vocação do homem, restituindo a esperança àqueles que já desesperaram do seu destino mais alto, a sua mensagem está de acordo com os anseios mais secretos do coração humano. Longe de diminuir o homem, a sua mensagem contribui para o seu bem, difundindo luz, vida e liberdade; fora desta mensagem, nada pode satisfazer o coração humano”¹²⁹.

A construção de uma sociedade mais livre de qualquer injustiça, passa pelo respeito da dignidade da pessoa humana; o direito à dignidade é fundamental na vida do homem; não importa que o homem tenha vida, mas que a tenha com dignidade. “Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância” (Jo 10,10). No cômputo geral, a

¹²⁹ CONCILIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Constituição pastoral “Gaudium et Spes”*, nº 21.

dignidade da pessoa humana passa pelo respeito mútuo, pela igualdade de oportunidade, pela liberdade de expressão e de escolha de vida.

“A igualdade fundamental entre todos os homens, deve ser cada vez mais reconhecida, uma vez que, dotados da alma racional e criados à imagem de Deus, todos têm a mesma natureza e origem; e, remidos por Cristo, todos têm a mesma vocação e destino divinos”¹³⁰. É de extrema importância quanto a este assunto fazer referência à Carta Encíclica *Pacem in Terris*, do Papa João XXIII, que trata dos direitos humanos com a devida relevância à dignidade da pessoa humana e com a lucidez da fé própria do sucessor de Pedro. Escreve o Sumo Pontífice que:

“Se contemplarmos a dignidade da pessoa humana à luz das verdades reveladas, não poderemos deixar de tê-la em estima incomparavelmente maior. Trata-se, com efeito, de pessoas remidas pelo Sangue de Cristo, as quais, com a graça, se tornaram filhas e amigas de Deus, herdeiras da glória eterna”¹³¹.

Desde a criação, o homem foi dotado de liberdade, respeito, igualdade e tratamento justo.

“Todo o ser humano tem direito natural ao respeito da sua dignidade e à boa fama; direito à liberdade na pesquisa da verdade e, dentro dos limites da ordem moral e do bem comum, à liberdade na manifestação e difusão do pensamento, bem como no cultivo da arte. Tem direito também a informação verídica sobre os acontecimentos públicos”¹³².

A santa mãe Igreja, desde as origens, assumiu o título de medianeira, pelo facto de ela ter esse carácter pedagógico de unir horizontes desconhecidos, bem como a capacidade de criar um relacionamento capaz de edificar e redirigir as partes em conflitos para um acordo. “Disse-lhe Jesus: Eu sou o caminho, e a verdade e a vida; ninguém vem ao Pai, senão por mim.” (João 14: 6). O mediador possui uma profunda capacidade de observação que possibilita chegar ao cerne da situação. Mediar é assumir o papel central e atuar como promotor de uma ação verdadeiramente pedagógica que abre novos horizontes de comunhão de vida.

¹³⁰ *Ibidem*, nº 29.

¹³¹ JOÃO XXIII, *Carta Encíclica ‘Pacem in Terris’*, União Gráfica, Lisboa, 1963, nº 10.

¹³² *Ibidem*, nº 12.

3. A correção fraterna.

Deus criou o mundo por amor e, por esta razão, instituiu para o homem um mandamento novo de amor, como a melhor forma de viver a comunhão cristã. “É este o meu mandamento: que vos ameis uns aos outros como Eu vos amei. Ninguém tem mais amor do que quem dá a vida pelos seus amigos. Vós sois os meus amigos, se fizerdes o que Eu vos mando” (Jo 15,12-14). Nesta passagem evangélica, Cristo revela ao homem que a melhor maneira de viver os valores evangélicos, é abraçar a caridade como critério da comunhão com Deus e com os irmãos.

É neste âmbito de vida religiosa, que cada cristão é chamado a acolher a correção fraterna consciente dos seus atos, limites e defeitos. Todo o cristão é convidado a manter uma relação fraternal como elemento essencial na Unidade, na oração e na construção de uma comunidade de vida e amor.

“Todos os crentes viviam unidos e possuíam tudo em comum. Vendiam terras e outros bens e distribuíam o dinheiro por todos, de acordo com as necessidades de cada um. Como se tivessem uma só alma, frequentavam diariamente o templo, partiam o pão em suas casas e tomavam o alimento com alegria e simplicidade de coração. Louvavam a Deus e tinham a simpatia com todo povo. E o Senhor aumentava, todos os dias, o número dos que tinham entrado no caminho da salvação” (At 2,44-47).

A unidade, a comunhão fraterna, a partilha dos bens, são frequentemente sublinhadas como características específicas da comunidade primitiva de Jerusalém, e que se tornaram até hoje modelos para todos os crentes e para todas as Igrejas. Trata-se de uma comunidade em que a adesão comum a Jesus Cristo, conduz incessantemente a profunda comunhão interior: “amai-vos uns aos outros como Eu vos amei” (Jo 15,12-17); o que significa dizer que o homem é chamado a viver em comunidade; ninguém deve viver isolado ou despreocupado com os outros, e que essa comunhão comunitária não consiste só na partilha dos bens materiais, como também se manifesta no ambiente educativo e pedagógico.

“Se teu irmão pecar, vai ter com ele e repreendo-o a sós. Se te der ouvidos, terás ganho o teu irmão. Se não te der ouvidos, toma contigo mais uma ou duas pessoas, para que toda a questão fique resolvida pela palavra de duas ou três testemunhas. Se ele se recusar a ouvi-las, comunica-o a Igreja; e, se ele se recusar a atender à própria Igreja, seja para ti como um pagão ou um cobrador de impostos” (Mt 18,15-17).

Cristo toma esse exemplo para ensinar à sua Igreja, a correção fraterna àqueles membros que apresentarem uma má conduta, a ponto de causar constrangimentos na comunidade onde são membros. Falar da correção fraterna, é precisamente advertir com amor e respeito, todos os que praticam atos incorretos; o que significa dizer que cada um é responsável pelas ações do outro, de maneira que possam caminhar juntos na vocação fraterna. “Os irmãos não se escolhem, mas é o próprio Deus que, através do chamamento, isto é, através da vocação, os dá a nós e nós a eles”¹³³.

O dom de fraternidade habita de forma natural em cada homem, impelindo à comunhão fraterna com os outros, algo que faz com que não olhe para o outro como inimigo a combater, mas como amigo a acolher e a abraçar. A Sagrada Escritura neste âmbito ajuda-nos a compreender a fraternidade quando diz: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Mt 22,39). Esta é a medida própria do amor ao próximo que participa da totalidade do amor de Deus.

Tomar a consciência de que o outro precisa ser amado como a mim mesmo, é dar um passo positivo na formação de uma sociedade verdadeiramente fraterna. Corrigir o seu próximo com amor, é dar aquilo que ele não tem; é partilhar com ele o que temos de melhor, o que na verdade pode significar o agarrar-se permanentemente no amor. “Assim como o Pai me tem amor, assim Eu vos amo a vós. Permanecei no meu amor” (Jo 15,9). Este amor exige uma correspondência de fidelidade aos seus mandamentos, o que constitui uma relação de amizade totalmente nova, que conduz à alegria e à liberdade interior.

A correção fraterna é uma atitude tipicamente cristã. Paulo, Apóstolo atento à comunhão fraterna, exorta sempre os seus irmãos de Tessalónica: “Corrigi os indisciplinados, encorajai os desanimados, amparai os fracos, sede pacientes com todos.

¹³³MERCATALI, A, *Comunidade de vida*, in Goffi, Tullo de Fiores Stefano (organizadores), *Dicionário de espiritualidade*, Paulinas, São Paulo, 1989, p 151.

Prestai atenção a que ninguém pague o mal com o mal; procurai, antes, fazer sempre o bem uns para com os outros e para com todos” (1Ts 5,14-15). A correção fraterna é de alguma maneira, sair de si e colocar-se em disposição do outro, e ajuda-lo a descobrir os seus próprios erros; estar ao seu lado, caminhar com ele na humanidade.

Na doutrina cristã, corrigir os que erram é um exercício diário que consiste na prática das obras de misericórdia espirituais como: “Instruir, aconselhar, consolar e confortar”¹³⁴. É uma prática que exige muita delicadeza, humildade e caridade; a correção fraterna, é uma ação vivida na misericórdia e no amor, que tem as suas raízes na solicitude pelo bem do próximo.

“Aos cristãos de todas as comunidades do mundo, quero pedir-lhes de um modo especial um testemunho de comunhão fraterna, que se torne fascinante e resplandecente. Que todos possam admirar como vos preocupais uns pelos outros, como mutuamente vos encorajais, animais e ajudais: Por isso é que todos conhecerão que sois meus discípulos se vos amardes uns aos outros”¹³⁵.

O Santo Padre, o Papa Francisco, exorta os cristãos a preocuparem-se uns pelos outros, em vista a salvaguardarem a vida e a dignidade dos mais débeis. A correção fraterna implica caminhar juntos de modo que cada um é responsável pela santidade do outro. “Isto é bom e agradável diante de Deus, nosso Salvador, que quer que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade” (1Tm 2,3-4). Deus salva os homens pelos homens, na medida em que cada homem tenha a capacidade de estender a mão ao seu irmão e pelos conselhos emprestar-lhe a força e a coragem de revestir-se novamente da bondade e dos olhos de Deus.

A cada um de nós o Papa dirige essa exortação baseada nas palavras do apóstolo Paulo:

“Não te deixes vencer pelo mal, mas vence o mal pelo bem. E ainda: Não nos cansemos de fazer o bem. Todos nós provamos simpatias e antipatias, e talvez neste momento estejamos irritados com alguém. Pelo menos digamos ao Senhor: Senhor eu estou irritado com este, com aquela. Peço-vos por ele e por ela. Rezar pela pessoa com

¹³⁴*Catecismo da Igreja Católica*, nº 2447.

¹³⁵FRANCISCO, *Exortação Apostólica “Evangelii Gaudium”*, nº 99.

quem estamos irritados é um belo passo rumo ao amor, e é um ato de evangelização. Façamo-lo hoje mesmo. Não deixemos que nos roubem o ideal do amor fraterno”.¹³⁶.

O Papa Francisco apela a unidade fraterna que é sinal de comunhão com Deus. E que esta união entre irmãos é um reflexo da união da Santíssima Trindade, a primeira comunidade de amor: “Eu e o Pai somos Um” (Jo 10,30). A vida cristã compreende-se a partir do mistério da Santíssima Trindade, que é modelo da fraternidade, de comunhão espiritual de todos os crentes chamados a um projeto de vida e de amor.

“A multidão dos que haviam abraçado a fé tinham um só coração e uma só alma. Ninguém chamava seu o que lhe pertencia, mas entre eles tudo era comum” (Act 4,32). Este texto dá-nos uma imagem forte de fraternidade dos discípulos de Jesus, uma unidade que ultrapassa as fronteiras das diferenças; a comunhão entre os discípulos era mais essencial porque eram todos irmãos pelo sangue de Cristo.

Portanto, a correção fraterna tem o seu sentido quando todos tomarem consciência de que somos irmãos e filhos do mesmo Pai celestial. A correção fraterna tem origem em Cristo; pelo Sacramento do Batismo tornamo-nos todos irmãos; e assim faz sentido a passagem do apóstolo Paulo:

“Eu, o prisioneiro do Senhor, exorto-vos, pois, a que procedais de um modo digno do chamamento que recebestes; com toda a humildade e mansidão, com paciência: suportai-vos uns aos outros no amor, esforçai-vos a manter a unidade do Espírito, mediante o vínculo da paz. Há um só Corpo e um só Espírito, assim como a vossa vocação vos chamou a uma só esperança; um só Senhor, uma só fé, um só batismo; um só Deus e Pai de todos, e reina sobre todos, age por todos e permanece em todos” (Ef 4, 1-6).

A correção fraterna fundamenta-se no ser de Cristo e no perfil que se prolonga nos seus discípulos. No entanto, a correção fraterna é um dom de Deus, dado aos discípulos de Cristo, como um especial carisma de estar ao serviço de Deus e dos irmãos. Jesus, não só orienta a prática da correção fraterna e reconciliação aos que se encontram em conflitos, como também no ambiente comunitário, para que se fortifique a comunhão entre todos. “Peço-vos irmãos em nome de nosso Senhor Jesus Cristo, que

¹³⁶*Ibidem*, nº 101.

estejais todos de acordo e que não haja divisões entre vós; permanecei unidos num mesmo espírito e num mesmo pensamento” (1Cor 1,10).

A comunhão comunitária é fundamental na vida cristã, pois ela cria uma relação de amizade e partilha entre irmãos; a comunhão além de ser essencial, é sinal daquela unidade da família trinitária: Pai, Filho e Espírito Santo. “O Espírito Santo habita nos crentes, enche e rege toda Igreja, realiza aquela maravilhosa comunhão dos fiéis e une a todos tão intimamente em Cristo, que é princípio da unidade da Igreja”¹³⁷. A Igreja é unidade, é comunhão; na igreja os crentes são convidados a superarem o individualismo e a abraçarem a vida comunitária, superar todas as deficiências e viverem segundo o evangelho. Viver segundo o Evangelho é ter a capacidade de ultrapassar todas as barreiras anticristãs e valorizar o amor entre irmãos, “Por isto é que todos conhecerão que sois meus discípulos: se vos amardes uns aos outros” (Jo 13,35).

4 - Sacramento da Reconciliação.

O Sacramento da Reconciliação basea-se na palavra de Deus, como veremos nos textos abaixo, que de alguma maneira espelham a origem dos sacramentos, de modo especial, o sacramento da penitência, como sinais visíveis que representam uma realidade invisível, misteriosa, que cura e reconcilia o homem com Deus.

“Caim disse ao Senhor: A minha culpa é excessivamente grande para ser suportada. Expulsa-me hoje desta terra; obrigado a ocultar-me longe da tua face, terei de andar fugitivo e vagabundo pela terra, e o primeiro a encontrar-me matar-me-á. O Senhor respondeu: Não! Se alguém matar Caim, será castigado sete vezes mais. E o Senhor marcou-o com um sinal, a fim de nunca ser morto por quem o viesse a encontrar” (Gn 4,13-15).

Trata-se de uma lei da vingança dos povos primitivos e da necessidade de cobrir com terra o sangue derramado, como coisa sagrada. Mas Deus tem misericórdia de

¹³⁷CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Decreto “Unitatis Redintegratio”*, nº 02.

Caim, e não permite que tal lei seja aplicada. Desta forma, encontramos a mensagem que lemos em (Gn 4,13-15), fundamentada em Jeremias quando diz: “ninguém ensinará mais ao seu próximo ou o seu irmão dizendo: Aprende a conhecer o Senhor! Pois todos me conhecerão, desde o maior ao mais pequeno, porque a todos perdoarei as suas faltas e não mais lembrarei os seus pecados, oráculo do Senhor” (Jr 31,34). É uma mensagem de esperança que tem a sua explicitação no Evangelho de Mateus, “Pedro aproximou-se e perguntou-lhe: Senhor, se o meu irmão me ofender, quantas vezes lhe deverei perdoar? Até sete vezes? Jesus respondeu: Não te digo até sete vezes, mas até setenta vezes sete” (Mt 18,21-22).

Jesus ensina uma nova maneira de perdoar, setenta vezes sete, o que quer dizer sempre, e sem limites. Da mesma dinâmica de recolha de base bíblicas para a fundamentação do sacramento da penitência, o evangelista Marcos apresenta também o confronto entre Jesus e os doutores da lei: “mas os doutores da lei do partido dos fariseus, vendo-o a comer com os pecadores e cobradores de impostos, disseram aos discípulos: Porque é que Ele come com os cobradores de impostos e pecadores? Jesus ouviu isto e respondeu: Não são os que têm saúde que precisam de médicos, mas sim os enfermos. Eu não vim chamar os justos, mas os pecadores” (Mc 2,16-17).

Nesta cena de partilhar a mesa com as pessoas de má reputação, Jesus surge para romper com os critérios vigentes de distinção entre os bons e os maus, e para inverter este quadro, serve-se do provérbio para exprimir a novidade da sua missão, que atinge a todos sem distinção.

No entanto, estes textos mostram a origem do Sacramento da Penitência. “Sacramentos são sinais eclesiais eficazes do encontro salvífico que Deus oferece aos homens por Cristo e no Espírito Santo”¹³⁸. O Papa João Paulo II considera o Sacramento da Penitência como: “o caminho ordinário para obter o perdão e a remissão dos seus pecados graves cometidos depois do Batismo”¹³⁹

É chamado “Sacramento da Penitência”, porque realiza sacramentalmente um apelo ao pecador à conversão, ao arrependimento, ao regresso ao Pai por meio de Jesus Cristo; “ninguém pode ir ao Pai senão por mim” (Jo 14,6). Passar por Jesus, não é

¹³⁸ RAMOS-REGIDOR, José, *Teologia do Sacramento da Penitência*; p 72.

¹³⁹ JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica Reconciliatio et Penitentia*, n° 31.

apenas por Ele ser o mestre da caminhada para o Pai, mas porque Ele na verdade se identifica com a verdade e a vida.

Pelo Sacramento da Penitência, o cristão reconcilia-se com Deus por meio de Cristo; “por isso, se alguém está em Cristo, é uma nova criação. O que era antigo passou; eis que surgiram coisas novas” (2Cor 5,17). Pelo Sacramento da Penitência, Cristo é o verdadeiro médico dos corpos e das almas; “encontrando-se Jesus numa das cidades, apareceu um homem coberto de lepra. Ao ver Jesus, caiu com a face por terra e dirigiu-lhe esta súplica: Senhor, se quiseres pode purificar-me. Jesus estendeu a mão e tocou-lhe dizendo: quero que fique purificado. E imediatamente a lepra o deixou” (Lc 5,12-13). Ainda, para reconfirmar o seu título de médico dos corpos e das almas, o evangelista acrescentou: “a sogra de Simão estava de cama com febre, e logo lhe falaram dela. Aproximando-se tomou-a pela mão e levantou-a. A febre deixou-a e ela começou a servi-los” (Mc 1,30-31).

Nessa dupla missão de Jesus, se confirma a cura física e espiritual pelo Sacramento da Reconciliação; a reconciliação sacramental é um sinal eficaz de uma caminhada penitencial feita. “É também chamado sacramento da confissão, porque o reconhecimento, a confissão dos pecados perante o sacerdote, é elemento essencial deste sacramento. Num sentido profundo, este sacramento é também uma confissão, como reconhecimento e louvor da santidade de Deus e da sua misericórdia para com o homem pecador”¹⁴⁰.

A misericórdia de Deus é maior, de tal forma que ultrapassa as fronteiras do pecado, fato este que foi demonstrado pela entrega total de Cristo a morte na cruz pela humanidade. “Mas é assim que Deus demonstrou o seu amor para conosco: quando ainda éramos pecadores é que Cristo morreu por nós” (Rm 5,8). Cristo manifestou a sua mais alta consideração pelo homem pecador, dando a sua vida por ele. “Assim como o Pai me tem amor, assim Eu vos amo a vós. Permanecei no meu amor” (Jo 15,9).

O Sacramento da Reconciliação concede ao pecador o amor de Deus que reconcilia, um amor que exige uma correspondência prática no cumprimento fiel dos mandamentos; “em nome de Cristo suplicamo-vos: reconciliai-vos com Deus. Aquele

¹⁴⁰*Catecismo da Igreja Católica*, nº 1424.

que não havia conhecido o pecado, Deus o fez pecado por nós, para que nos tornássemos nele Justiça de Deus” (2Cor 5,20b-22). Este amor consiste no perdão do pecador arrependido; Cristo tomou sobre si os pecados da humanidade para nos tornar participantes da justiça de Deus.

O Sacramento de Reconciliação surge com Cristo, para o resgate daqueles que uma vez sendo cristãos pelo batismo, regressaram à antiga condição de vida; “ o Nosso Salvador Jesus Cristo, quando conferiu aos seus apóstolos e seus sucessores o poder de perdoar os pecados, instituiu na sua Igreja o Sacramento de Penitência, para que os fiéis caídos em pecado, depois do batismo reencontrem a graça e se reconciliem com Deus”¹⁴¹.

Este poder reconciliador que Cristo conferiu aos seus Apóstolos, é um dom de Deus. Na cruz, do lado aberto saiu sangue e água, que a tradição e os Padres da Igreja consideram como a origem dos sacramentos. A Sagrada Escritura confirma a recepção do Espírito Santo: “Em seguida soprou sobre eles e disse-lhes: recebei o Espírito Santo. Àqueles a quem perdoardes os pecados, ficarão perdoados; àqueles a quem os retiverdes ficarão retidos” (Jo 20,22-23). Portanto, a Igreja viu nestas palavras a instituição do Sacramento da Reconciliação, que é fonte de paz e alegria.

Jesus ao dizer “a quem perdoardes e a quem retiverdes” revela que aqueles a quem os apóstolos perdoarem os seus pecados também serão perdoados por Deus e aqueles a quem retiverem os seus pecados também não serão perdoados por Deus. O Sacramento da Reconciliação nasce do próprio ser de Cristo; Cristo é o sacramento do Pai e a Igreja é sacramento de Cristo. “Foi do seu lado adormecido na cruz que nasceu o sacramento admirável de toda a Igreja”¹⁴². Com esta passagem, o Concílio Vaticano II reafirma a origem sacramental da Igreja como Corpo Místico de Cristo. O mesmo Concílio, na constituição Dogmática *Lumen Gentium*, afirma que: “A Igreja em Cristo,

¹⁴¹SÍNODO DOS BISPOS, *Reconciliação e Penitência na missão da Igreja, documento de trabalho para o Sínodo dos Bispos de 1983*, nº 34.

¹⁴² CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Constituição “Sacrosanctum Concilium”*, nº 05.

é como que o sacramento ou sinal, e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano”¹⁴³.

A reconciliação é uma graça que Cristo nos transmite por meio da Igreja, que é sinal visível e instrumento eficaz da sua ação no mundo. O Papa João Paulo II, quando fala da Igreja como Sacramento da Reconciliação, parte do pressuposto de que: “o Igreja para anunciar e propor de modo cada vez mais eficaz ao mundo a reconciliação, deve tornar-se cada vez mais uma comunidade de discípulos de Cristo, unidos no empenho de se converterem continuamente ao Senhor e de viverem como homens novos no espírito e na prática da reconciliação”¹⁴⁴. A Igreja deve continuamente mostrar o espírito de reconciliação como um dom que recebeu da cruz de Cristo; ela é antes de mais comunidade de discípulos de Cristo unidos e empenhados na conversão e que vivem no espírito do amor fraterno.

5 – O perdão como a instância da reconciliação.

O perdão é entendido como o modo de alguém se livrar de uma culpa, uma ofensa, uma dívida, etc. É um processo mental que visa a eliminação de qualquer ressentimento, raiva, rancor ou outro sentimento negativo sobre determinada pessoa. “Um voltar do homem à intimidade a favor de Deus, depois de um período de afastamento e de rebelião causados pelo pecado e pelas transgressões”¹⁴⁵.

O regresso à intimidade divina pelo perdão, traz sorriso nos lábios de quem conseguiu reconciliar-se, faz viver nova emoção, rejubilar de alegria, revigora e refaz o homem. O seu efeito produz muita paz, traz vida nova para a alma, anula todo trauma marcado pela dor e pelo sofrimento. “O perdão é um instrumento educativo de compreensão interpessoal na resolução dos conflitos e para suportar as contradições da

¹⁴³ CONCILIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Constituição dogmática “Lumen Gentium”*, nº 01.

¹⁴⁴ JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica “Reconciliatio et Penitentia”*, nº 09.

¹⁴⁵ FITZMYER, Joseph, *Linhas fundamentais da teologia paulina*, Paulinas, São Paulo, 1970, p 82.

vida”¹⁴⁶. Pedir perdão ao teu próximo ou àquele que te ofendeu, é princípio de reconciliação; é caminho seguro para quem quer abraçar o verdadeiro perdão conhecido como regra de ouro da ética humana: “Não faças aos outros o que não queres que te façam a ti”¹⁴⁷.

“Ouvistes o que foi dito: Amarás o teu próximo e odiarás o teu inimigo. Eu, porém, digo-vos: Amai os vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem” (Mt 5,43-44). Amar quem nos ama é comum entre os pagãos, mas o que é especial e que não é comum entre os homens, é amar todos e sobretudo os nossos inimigos. Volto a citar a passagem de Mateus que explicita a inquietação de Pedro sobre os limites do perdão: “Senhor se o meu irmão me ofender quantas vezes lhe deverei perdoar? Até setenta vezes? Jesus respondeu: Não te digo até setenta vezes, mas até setenta vezes sete” (Mt 18,21-22). Perdão é um mistério que brota do coração do homem tocado por Deus. É perdendo que somos perdoados Deus é que nos limpa desse autêntico mistério de iniquidade e nos faz aprender esse seu modo difícil de amar. No entanto, perdoar é libertar-se do verdadeiro pesadelo com o outro, permitindo assim viver em estado de graça.

“A Bíblia diz que, Deus perdoa os nossos pecados e deles não mais se lembra” (Jr 31,34). Na dinâmica de que perdoar é “esquecer”, isto é, deixar de olhar para o passado ruim, considerar o presente como início da nova vida. “E devemos perdoar assim como Deus em Cristo nos perdoou, quem não perdoar também o Pai celestial não lhe perdoará” (Mt 6,15). O perdão é uma necessidade fundamental na vida cristã; é difícil manter a nossa vida espiritual saudável sem o exercício de perdão. Quem não perdoa não ama, a sua oração não tem sucesso, a sua oferta perde o verdadeiro sentido de doação, sem perdão o cristão vive continuamente perturbado, não goza da plena comunhão com a Igreja e com Deus.

O profeta Isaías lembra-nos as profundas palavras de reconciliação, carregadas de grande desejo de não voltar a distanciar-se do irmão por causa da fraqueza humana: «olhai, Eu vou criar um novo Céu e uma nova terra; o passado não será mais lembrado e não voltará mais à memória» (Is 65, 17). É muito consolador saber que Deus livrará os nossos corações de todas as mágoas e dores que carregamos, por mais profundas que

¹⁴⁶ HERRERO, Jesus, *A palavra religiosa no tempo*, Planeta, Lisboa, 2006, p 166.

¹⁴⁷ *Ibidem*.

sejam. “Ele enxugará todas as lágrimas dos seus olhos; e não haverá mais morte, nem luto, nem pranto, nem dor. Porque as primeiras coisas passaram” (Ap 21, 4).

«Pai perdoa-lhes porque não sabem o que fazem» (Lc 23,34). Mesmo depois de ter sido humilhado pelo povo e pelas autoridades políticas e religiosas, Jesus ainda fez uma exclamação reveladora de um coração misericordioso. A exclamação de Jesus é sem dúvidas uma oração do Filho dirigida ao Pai, mas que exprime um sentimento de perdão e de profunda misericórdia. “Perdoar-nos uns aos outros, faz parte da natureza de estarmos numa relação”¹⁴⁸. A nossa relação só tem sentido na medida em que nos perdoamos mutuamente, pois só o perdão garante uma convivência social sadia.

“O perdão só é possível mercê da força e do dom prévio da ação salvadora de Deus em Cristo. Só é possível a luz da afirmação de que também Deus nos reconciliou consigo quando ainda éramos seus inimigos. Também nós devemos perdoar de acordo com o exemplo de Deus: “perdoa as nossas ofensas, como nós perdoamos a quem nos tem ofendido”¹⁴⁹. Perdão é um grande desafio que começa por nós mesmos e se estende até ao próximo; sentimento que abre o coração para o mundo exterior no sentido em que reconstrói a comunhão e a reaproximação das relações rompidas pelo pecado.

O perdão é um sentimento amoroso que confere ao homem o bem-estar físico e espiritual. «Se fores, portanto, apresentar a tua oferta sobre o altar e ali te recordares de que o teu irmão tem alguma coisa contra ti, deixa lá a tua oferta diante do altar, e vai primeiro reconciliar-te com o teu irmão e depois volta para apresentar a tua oferta» (Mt 5,23-24). Quando aquele que ofendeu pede o perdão, a nossa atitude deve ser positiva, em aceitar logo que nos for solicitado o perdão, pois que a prática de caridade para com o próximo só, tem sentido quando for exercida em estado de graça.

“O perdão é, na verdade, o gesto benevolente pelo qual permitimos que a outra pessoa se levante, e que o faça com dignidade, para começar tudo de novo”¹⁵⁰. Isto,

¹⁴⁸ TUTU, Desmond, *O Caminho para uma reconciliação consigo e com os outros*, Presença, Lisboa, 2014, p 200.

¹⁴⁹ KASPER, Walter, *A Misericórdia condição fundamental do Evangelho e chave da vida cristã*, Lucerna, Lisboa, 2015, 171.

¹⁵⁰ TUTU, Desmond, *O Caminho para uma reconciliação*, p. 31.

ajudar-nos-á a amadurecer a nossa vida espiritual, no sentido em que colocamos a nossa vontade sob a vontade de Deus.

O perdão ajuda a restaurar a vida do homem nos seus sentimentos e comportamentos; liberta-o da escravidão do pecado de que dependia no passado. Perdoar implica uma rejeição do passado ruim, para ativar uma nova vida nas relações interpessoais e construir um mundo novo. “Aqueles que se aproximam do Sacramento da Penitência, obtêm da misericórdia de Deus o perdão da ofensa a Ele feita, e ao mesmo tempo reconciliam-se com a Igreja, que tinham ferido com o seu pecado, a qual, pela caridade e exemplo e oração, trabalha pela sua conversão”¹⁵¹.

Perdoar é como que receber uma nova luz que desperta em nós um novo modo de agir; uma nova comunhão com Deus e com a Igreja. É limpar o passado e aprender a olhar para a frente sem medo, nem mágoa. “Voltar à comunhão com Deus, depois de a ter perdido pelo pecado, é um movimento nascido da graça do mesmo Deus misericordioso e cheio de interesse pela salvação dos homens. Deve pedir-se esta graça preciosa, tanto para si mesmo como para os outros”¹⁵². Perdoar é limpar-se e limpar o outro dos ultrajes cometidos, é deixar a justiça nas mãos de Deus, que é perfeitamente justo. Perdoar é um gesto que nos remete à lei divina. O perdão é claramente um mandamento para o cristão, e não uma sugestão. Jesus disse: "Quando vos levantaiis para orar, se tiverdes alguma coisa contra alguém, perdoa-lhe primeiro, para que o vosso Pai que está nos Céu vos perdoe também as vossas ofensas" (Mc. 11,24b-25).

O agir cristão é de certa maneira uma imitação do ser de Cristo; “Sede todos meus imitadores, irmãos, e olhai atentamente para aqueles que procedem conforme o modelo que tendes em nós” (Fl 3,17). A palavra e o testemunho da vida de Cristo são elementos essenciais que norteiam a vida ético-moral do cristão. O Apóstolo Paulo tem o ardente desejo de formar os seus irmãos à imagem do seu mestre “Cristo”; Todo o cristão é chamado a uma vida reta em palavras e obras, como condição indispensável para uma vida feliz.

¹⁵¹ CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Constituição dogmática “Lumen Gentium”*, nº 11.

¹⁵² *Catecismo da Igreja Católica*, nº 1489.

6 - Síntese do Capítulo III.

O mundo precisa de uma pedagogia de reconciliação que parte de um diálogo sincero e aberto, que conduz à verdade que liberta o homem da inclinação para o mal. O diálogo deve ser praticado, antes de mais, no seio da Igreja família, como meio de aproximar a Igreja as diferentes culturas e regiões do mundo.

O diálogo é o modo de ser dos cristãos dentro da comunidade, pois o diálogo torna a comunidade cada vez mais unida, respeitando a liberdade de opiniões e ideias dos seus membros. Mas para que o diálogo seja eficaz, é preciso uma mediação que possa exercer uma ação intermédia no estabelecimento dos acordos. O mediador é sempre neutro, não toma partido algum no conflito, a sua função é aproximar as partes, por meio do diálogo ou aconselhamento jurídico e eclesial que é feita através da correção fraterna, que é uma atitude tipicamente cristã.

São Paulo, na sua preocupação pela comunhão fraterna na comunidade de Tessalónica exorta: “corrigi os indisciplinados, encorajai os desanimados, amparai os fracos, sede pacientes com todos, prestai atenção e que ninguém pague o mal com o mal, procurai antes fazer sempre o bem, um para com os outros e para com todos” (1Ts 5,14-15). A correção fraterna é um exercício diário que consiste na prática das obras de misericórdia espirituais, instruir, aconselhar, consolar e confortar.

Tudo isto é um dom que nos vem da Igreja e através dos seus ensinamentos, como sinal visível e instrumento eficaz da ação de Cristo no mundo. A Igreja é também sacramento que indica o homem o caminho de reconciliação e do perdão. O perdão que cria no homem um sentimento de total independência ao jugo do pecado.

CONCLUSÃO.

A reconciliação torna-se realmente teológica e humana, quando tudo for motivado pelo perdão entre Deus e os homens e os homens entre si; quando de uma ou de outra forma, se procura sarar as feridas causadas pelos conflitos ideológicos, armados, e se reconheçam os sacrifícios consentidos, e o sangue derramado, em defesa do bem comum, da pátria e dos mais pobres e humilhados.

É natural como humanos, que tenhamos falhas e reconheçamos os nossos erros e peçamos o perdão a Deus e aos nossos irmãos. Acreditamos que os conflitos, os sofrimentos e as mágoas no mundo darão lugar à reconciliação, como elemento purificador que nos torna aptos para acolher a boa mensagem da salvação que o Senhor preservou para aqueles que o amam (cf:1Cor 2,9b). A reconciliação tem também a missão de unir e devolver aos homens a dignidade dada a eles por Deus, como seus filhos na adoção (cf: Rm 8, 15-17). Na reconciliação, somos chamados a cancelar todas as dívidas e restituir aos donos o que lhes pertence (cf: Lc 20,25).

“Uma Igreja reconciliada torna-se uma comunidade sagrada, isto é, do ponto de vista de reconstrução espiritual, e passando a ser considerada como um lugar onde o homem encontra Deus”¹⁵³. Uma comunidade onde o Evangelho a tornou lugar de comunhão fraterna, de partilha e de encontro das pessoas, ultrapassando todas as diferenças e antagonismos. Parte-se da ideia de que a reconciliação tem um carácter comunitário, e a própria penitência da Igreja pode ter o sentido de misericórdia e perdão. Deste modo, pode compreender-se que a comunidade religiosa é um lugar de homens reconciliados, onde se encontra sinais de Deus na experiência diária da vida.

O Papa Francisco na Encíclica *‘Lumen Fidei’* diz que: “ Quem se abriu ao amor de Deus, acolheu a sua voz e recebeu a sua luz, não pode guardar este dom para si

¹⁵³ BUJO, Juvenal, *Teologia Africana no século XXI*, vol II, Paulinas, Luanda, 2012, p 209.

mesmo”¹⁵⁴; “E nós todos que, com o rosto descoberto, refletimos a glória do Senhor, somos transfigurados na sua própria imagem, de glória em glória, pelo Senhor que é Espírito” (2 cor 3,18). O cristão pode refletir a irradiação da glória do Senhor e ser transformado a imagem cada vez mais perfeita de Deus em Cristo. “A luz de Jesus brilha no rosto dos cristãos como num espelho, e assim se difunde chegando até nós, para que também nós possamos participar desta visão e refletir para outros a sua luz, da mesma forma que a luz do círio na liturgia de páscoa acende muitas outras velas”¹⁵⁵.

Mesmo se pode dizer sobre a reconciliação como um processo de negociação caracterizado pela interação das partes implicadas sem necessidade de envolvimento de terceiros. E quando o diálogo se torna improdutivo, isto é, incapaz de reconciliar as partes envolvidas, o modelo que se costuma aplicar é o de respeito a opinião do outro, aplicado quando a colaboração entre as partes envolvidas apresenta indícios para uma solução de conflitos.

Existe outro método de resolução de conflitos, o chamado método de “compromisso”, aplicado quando o conflito for precedido por um compromisso não honrado, e que, em certos casos, as partes envolvidas podem invocar como compromisso anterior. A mediação também é outra forma de resolução de conflitos que introduz a terceira pessoa, isto é, o “mediador”, que servirá de auxílio no processo de entendimento entre as partes, sobretudo quando ele se apresentar imparcial, facilitador, capaz de ajudar as partes a pugnarem para o bem comum.

A Igreja é por natureza uma instituição de pendor reconciliador, pelo facto de ela ser Sacramento e o seu ensino estar marcado essencialmente pela misericórdia e perdão, “perdoa as nossas ofensas, como nós perdoámos a quem nos tem ofendido” (Mt 6,12). Frase essa que exprime o reconhecimento da condição humana de pecador e que necessita da graça e do perdão de Deus. Os deveres para com Deus são iguais para com o próximo; este perdão está profundamente ligado ao perdão concedido aos discípulos. O perdão fraterno constitui um direito ao perdão divino como testemunho da sinceridade do pedido e da oração.

¹⁵⁴ FRANCISCO, *Carta Encíclica “Lumen Fidei”*, Difusora Bíblica, Lisboa, 2013, nº 37.

¹⁵⁵ *Ibidem*, nº 37.

A Igreja ajuda o homem a reconciliar-se com Deus, a reativar novamente a amizade perdida e a experimentar a sua misericórdia. Ela conduz o homem a um desafio interior de conversão, de aproximação a Deus, e leva a sentir a sua presença em nós, uma sensação de vitória no sentido de ultrapassar os obstáculos que dificultavam a mudança espiritual e moral do homem.

BIBLIOGRAFIA.

Documentos do Magistério da Igreja citados.

- FRANCISCO, *Carta Encíclica “Lumen Fidei”*, ed Difusora Bíblica, Lisboa, 2013.
- BENTO XVI, *Exortação Apostólica, “Africae Munus”, sobre a Igreja na África ao serviço da Reconciliação da Justiça e da Paz*, Paulus, Roma, 2011.
- *Catecismo da Igreja Católica*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993.
- CEAST, *A Igreja em Angola entre a guerra e a paz*. Documentos episcopais de 1974 – 1998, Secretariado de Pastoral, Luanda, 1998.
- CEAST, *Irmãos porque nos matamos?*, CEAST, Luanda, 1993.
- CEAST, *Dai-nos a paz*, CEAST, Luanda, 2002.
- CEAST, *Angola para onde vais?* CEAST, Luanda, 1998.
- *Código de Direito Canónico*, A.O, Braga, 1983.
- CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição dogmática “*Lumen Gentium*”, A Santa Igreja, 11ª ed, A. O, Braga, 1992.
- CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Declaração “*Nostra Aetate*”, A Igreja e as religiões não-cristã, 11ª ed, A. O, Braga, 1992.
- CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição pastoral “*Gaudium et Spes*”, A Igreja no mundo actual. 11ª ed, A. O, Braga, 1992.
- CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição “*Sacrosanctum Concilium*”, A sagrada liturgia, 11ª ed, A. O, Braga, 1992.
- CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Decreto “*Unitatis Redintegratio*”, O Ecumenismo, 11ª ed, A. O, Braga, 1992.

- FRANCISCO, *Exortação Apostólica, “Evangelii Gaudium”*, Paulus, Lisboa, 2015.
- JOÃO XIII, *Carta Encíclica, “Pacem in Terris”*, União Gráfica, Lisboa, 1963.
- JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica, “Reconciliatio et Penitentia na missão actual da Igreja*, A. O, Braga, 1985.
- JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica, “Ecclesia in Africa”*, A. O, Braga, 1995.
- PAULO VI, *Carta Encíclica, “Ecclesiam Suam”*, União Gráfica, Lisboa, 1964.
- SÍNODO DOS BISPOS, *Reconciliação e Penitência na missão da Igreja, documento de trabalho*, A O, Braga, 1983.
- SÍNODO DOS BISPOS, *II Assembleia especial para África, a Igreja em África ao serviço da reconciliação da justiça e da paz*, Cidade do Vaticano, Roma, 2009.
- SÍNODO DOS BISPOS, *II Coetus specialis pro Africa, Elenchus finalis Propositionum, Sobre a Igreja em África ao serviço da reconciliação, da justiça e da paz*, Cidade do Vaticano, Roma, 2011.

- Outros documentos citados.

- ALMEIDA, Nuno Manuel Santos, *Busca de sentido da vida e reconciliação cristã, leitura teológica de Viktor Frankl*, Empresa do Diário do Minho, Lda, [Braga], 2017.
- AUGUSTO, Mário, *Os conflitos em África e a experiência de Angola na sua resolução*, Guerra e Paz, Lisboa, 2018.
- BÉNÉZET Bujo/ JUVENAL Ilunga Muya; *Teologia africana no século XXI, algumas figuras*, vol I, Paulinas, Luanda, 2012
- BROSSE, O. De la A. – Rouillard Henry, *Dicionário del cristianismo*, Herder, Barcelona, 1986.
- CAPRILE Giovanni, *IL Sinodo del Vescovi 1983, Sesta Assemblea Generale*, La Civiltà Cattolica, Roma, 1983.
- CATALAMESSA, Raniero, *O rosto da misericórdia*, Paulus, Lisboa, 2016.

- CORCUERA, Francisco Ugarte, *Do ressentimento ao perdão uma porta para a felicidade*, Lucena, Cascais, 2016.
- DOMINGUES, Bento, “*Concilio ou Sínodo Africano?*” in *Público*, 7 de Junho de 1992, p, 34
- FITZMYER, Joseph, *Linhas fundamentais da teologia paulina*, Paulinas, São Paulo, 1967.
- GUERRY, E, *A Doutrina social da Igreja*, Livraria Sampedro, Lisboa, 1963.
- HERRRO, JESUS, *A Palavra religiosa no tempo*, Planeta, Lisboa, 2006.
- KAMBUTA, José, *Os actuais desafios da igreja en África, uma leitura e análise dos 20 anos da Ecclesia in África*, Universidade Católica, Lisboa, 2018.
- KASPER, Walter, *Misericórdia, condição fundamental do Evangelho e chave da vida cristã*, Lucerna, Cascais, 2016.
- MERCATALI, A, *Comunidade de vida*, in Goffi, Tullo de Fiores Stefano (organizadres), *Dicionário de espiritualidade*, Paulinas, São Paulo, 1989.
- MUANAMOSI Matumona; *A Reconstrução da África na era da modernidade, ensaio de uma epistimologia e pedagogia da filosofia africana*; SEDIPU (Secretariado Diocesano de Pastoral do Uíje) Uíge, 2004.
- NEVES, Tony, *Angola justiça e paz, Nas intervenções da Igreja Católica, 1989-2002*, Grupo Leya, Lisboa, 2012.
- RAMOS- REGIDOR, José, *Teologia do Sacramento da Penitência*, Paulinas, São Paulo, 1989.
- SANCHEZ, Urbano, *Moral conflictiva, entre la creatividad el riesgo y la comunión*, Sigueme, Salamanca, 1991.
- TUTU, Desmond, *O Livro do perdão, caminhos para a reconciliação consigo e com os outros*, Presença, Lisboa, 2014.
- VIDAL, Marciano, *Para conhecer a ética cristã*, Perpétuo Socorro, Porto, 1997.

- Documentos do Magistério da Igreja consultados e não citados.

- BENTO XVI, *Carta Encíclica, Deus é Amor*, Paulinas, Lisboa, 1999.
- FRANCISCO, *Exortação Apostólica Pós-Sinodal, “Amoris Laetitia”*, Paulinas, Lisboa, 2016.
- FRANCISCO, *Misericordioso como Pai, catequese sobre a misericórdia*, Paulus, Lisboa, 2018.
- FRANCISCO, *Carta Encíclica, “Laudato si”*, sobre o cuidado da casa comum, Paulinas, Lisboa, 2015.
- JOÃO PAULO II, *Carta Encíclica, A solicitude social da Igreja*, Paulistas, Lisboa, 1988.
- JOÃO PAULO II, *Carta Encíclica “Centesimus Annus”*, Rei dos Livros, Lisboa, 1991.
- JOÃO PAULO II, *Carta Encíclica, “Laborem Exercens”*, A. O, Braga, 1981.
- JOÃO XXIII, *Carta Encíclica, “Mater et Magister”*, União Gráfica, Lisboa, 1961.
- PAULO VI, *Carta Encíclica, “Populorum Progresso”*, União Gráfica, Lisboa, 1967.
- PAULO VI, *Carta Encíclica, “Humanae Vitae”*, Paulistas, Lisboa, 1968.

Outros documentos consultados e não citados.

- FALCÃO, Manuel, *Enciclopédia católica popular*, Paulinas, Lisboa, 2004.
- LAFFITTE, Jean, *O Perdão transfigurado*, Instituto Piaget, Lisboa, 1995.
- MENDONÇA, JOSÉ Tolentino, *Elogio da sede*, Quetzal, Lisboa, 2018.

- PINA, Teresa, *Direitos Humanos, O que está por Fazer no século XXI*, Bloco Grafico, Unidade Industrial da Maia, Lisboa, 2018.
- PINTO, António Vaz, *Revelação e fé fundamento e conteúdo da fé cristã para o homem de hoje*, 1º vol, A. O, Braga, 1989.
- TYOMBE, Joaquim Nhanganga, *O Modelo “Igreja-Família” para uma pastoral comunitária em contexto angolano a partir do Sínodo dos Bispos para a África de 1994*, Paulinas, Luanda, 2014.
- ZAHND, Brian, *Perdão radical*, Letra d’Ouro, Lisboa, 2013.

ÍNDICE.

- SÍGLAS.....	01
- RESUMO	03
- ABSTRAT	05
- INTRODUÇÃO.....	07
- CAP I – CONFLITO COMO REALIDADE HUMANA.....	11
1 – Conflito o que é?.....	12
2 – Causas do conflito	15
3 – Como lidar com o conflito	19
4 – Necessidades de reconciliação	22
5 – Âmbitos de reconciliação	23
a) Âmbito interpessoal	24
b) Âmbito institucional	26
c) Âmbito político.....	28
- Caso concreto da reconciliação em Angola.....	29
6 – Síntese do capítulo I.....	34
- CAP II - SÍNODOS E TEMÁTICAS DE RECONCILIAÇÃO E PENITÊNCIA.....	36
1– Sínodo e sua origem.....	37
2– Sínodo de 1983 sobre a Reconciliação e Penitência.....	39

3– Exortação Apostólica Reconciliação e Penitência na Missão Actual da Igreja	45
4– Sínodo de 1994 sobre Igreja em África e a sua missão evangelizadora rumo ao ano 2000. “vós sereis minhas testemunhas” (Act 1,8).....	48
5 – Exortação Apostólica Pós-Sinodal “ <i>Ecclesia in Africa</i> ”	49
6 – Sínodo de 2009 sobre Igreja em África ao serviço da reconciliação, justiça e da paz. “Vós sois o sal da terra; vós sois a luz do mundo” (Mt 5, 13-14).....	51
7 - Sínodo de 2009, <i>Propositiones Finales</i> ,	54
8 - Exortação Apostólica “ <i>Africae Munus</i> ”, de 2011.....	56
9 – Síntese do capítulo II.....	59
- CAP III – PEDAGOGIA DA RECONCILIAÇÃO.....	61
1- O diálogo como pilar da reconciliação.....	61
2 - A mediação.....	66
3 – A correcção fraterna.....	69
4 - Sacramento da Reconciliação.....	73
5 - O perdão como instância da reconciliação.....	77
6 - Síntese do capítulo III	81
- CONCLUSÃO.....	82
- BIBLIOGRAFIA.....	85
- ÍNDICE.....	90

